

**COM AS RETIFICAÇÕES PROCESSADAS NO DIÁRIO OFICIAL DOS PODERES DO
ESTADO – MINAS GERAIS – EXPEDIENTE DE 07 DE JULHO DE 2012 (PÁGINAS 03 E
04), 10 DE JULHO DE 2012 (PÁGINAS 2 E 3), 28 DE SETEMBRO DE 2012 (PÁGINA 25)
E 10 DE OUTUBRO DE 2012 (PÁGINA 19)**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL SEPLAG/FHA Nº. 01/2012, 25 de junho de 2012

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DAS CARREIRAS DE TÉCNICO UNIVERSITÁRIO, ANALISTA UNIVERSITÁRIO E PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, DO QUADRO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO HELENA ANTIPOFF - FHA.

A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, a Fundação Helena Antipoff – FHA e o Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação - IBFC, no uso de suas atribuições, torna pública a abertura das inscrições e estabelece normas para a realização do concurso público destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos das carreiras de Técnico Universitário, Analista Universitário e Professor de Educação Superior – do Grupo de Atividades de Educação Superior, do Quadro de Pessoal da Fundação Helena Antipoff, observados os termos da Lei Estadual n.º 15.463, de 13 de janeiro de 2005 (institui carreiras do grupo de atividades de Educação Superior do Poder Executivo); da Lei Estadual n.º 19.553, de 09 de agosto de 2011 (cria cargos das carreiras de Professor de Educação Superior, Analista Universitário e Técnico universitário no âmbito da FHA); do Decreto Estadual n.º 42.899, de 17 de setembro de 2002 (Regulamento Geral de Concursos Públicos do Poder Executivo); Decreto Estadual n.º 43.673 (Cria o Conselho de Ética Pública, institui o Código de Conduta Ética do Servidor Público e da Alta Administração Estadual e dá outras providências); Decreto Estadual n.º 43.885, de 4 de outubro de 2004 (dispõe sobre código de conduta ética do servidor público e da Alta Administração Estadual), as disposições constitucionais referentes ao assunto; a legislação complementar e demais normas contidas neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público será regido por este Edital, por seus anexos, avisos complementares e eventuais retificações, sendo sua execução de responsabilidade do Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação – IBFC.

1.2. O concurso público de que trata este Edital visa ao provimento de cargos das carreiras de Técnico Universitário – Nível I, Grau A; Analista Universitário – Nível I, Grau A; e Professor de Educação Superior – **Nível I**, Grau A; e Nível IV, Grau A, conforme escolaridade/habilitação exigida e vagas estabelecidas no Anexo I deste Edital.

1.3. O concurso Público de que trata este Edital será de provas e títulos para todos os cargos e será realizado em duas etapas:

a) Primeira Etapa: será constituída de Prova Objetiva de Múltipla Escolha, de caráter eliminatório e classificatório para todos os cargos; e de Prova Dissertativa de caráter classificatório, somente para os cargos de Professor de Educação Superior;

b) Segunda Etapa: será constituída de Avaliação de Títulos, de caráter classificatório para todos os cargos.

1.4. A legislação e as alterações em dispositivos legais e normativos, com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, não serão objeto de avaliação nas provas deste Concurso Público.

1.5. Este Concurso Público terá validade de 02 (dois) anos, a contar da data da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública.

1.6. O quadro de vagas por Cargo/ Área / Escolaridade consta do Anexo I deste Edital.

1.7. O quadro de provas por Cargo consta do Anexo II deste Edital.

1.8. O Modelo de Requerimento para condições especiais para portadores de deficiência consta no Anexo III.

1.9. O quadro contendo os critérios de pontuação para a segunda Etapa – Avaliação de Títulos – consta do Anexo IV deste Edital.

1.10. As referências para estudo constam do Anexo V deste Edital.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS

2.1. As atribuições gerais, a escolaridade mínima exigida, a carga horária de trabalho, a remuneração inicial, os regimes jurídico e de previdência, a lotação e o local de exercício são os estabelecidos a seguir:

2.2. Atribuições Gerais, conforme o Anexo II da Lei Estadual n.º. 15.463/2005:

a) Técnico Universitário: exercer atividades de apoio técnico-administrativo voltadas para o controle e a avaliação de projetos e programas no âmbito das universidades estaduais, bem como outras atividades compatíveis com o nível intermediário de escolaridade, no âmbito de atuação da Fundação Helena Antipoff;

b) Analista Universitário: exercer atividades de formulação, de implementação e de avaliação de políticas acadêmicas e administrativas e exercício de atividades de apoio administrativo, tais como coordenação, organização, planejamento,

controle, avaliação e execução de projetos e programas no âmbito da Fundação Helena Antipoff, compatíveis com sua área de atuação e, ainda, pesquisas e consultorias sobre matéria técnico-administrativa e econômico-financeira;

c) Professor de Educação Superior: atividades relacionadas ao ensino, a pesquisa e a extensão que, indissociáveis, visem à aprendizagem e à produção do conhecimento, bem como atividades de direção, assessoramento, chefia e coordenação nas universidades estaduais, inerentes ao exercício do cargo, além de outras previstas na legislação vigente.

2.3. Escolaridade Exigida para o ingresso:

a) Técnico Universitário Nível I: diploma de curso de nível médio ou médio técnico legalmente reconhecido, expedido por instituição de ensino credenciada;

b) Analista Universitário Nível I: comprovação de habilitação mínima em nível superior, considerando-se nível superior a formação em educação superior, que compreende curso ou programa de graduação, na forma da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, conforme disposto no art. 10 da Lei Nº. 15.461 e registro no respectivo conselho de classe correspondente às Áreas de Conhecimento, quando exigido em lei para o exercício da profissão;

c) Professor de Educação Superior: comprovação de habilitação mínima em nível superior, considerando-se nível superior a formação em educação superior, que compreende curso ou programa de graduação, na forma da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, conforme disposto no art. 10 da Lei Nº. 15.461 e registro no respectivo conselho de classe correspondente às Áreas de Conhecimento, quando exigido em lei para o exercício da profissão:

I. Professor de Educação Superior - Nível I: diploma de curso de nível superior, ministrado por instituição legalmente credenciada pelo respectivo sistema de ensino, correspondente às Áreas de Conhecimento dispostas no Anexo I, acumulado com certificado de conclusão de curso de pós-graduação *lato sensu* (com duração mínima de 360 horas) ou diploma de curso de pós-graduação *stricto sensu* correspondentes às respectivas Áreas de concentração dispostas no Anexo I.

II. Professor de Educação Superior – Nível IV: diploma de curso de nível superior, ministrado por instituição de ensino legalmente credenciada pelo respectivo sistema de ensino correspondente às Áreas de Conhecimento dispostas no Anexo I, acumulado com diploma de curso de pós-graduação *stricto sensu* nas áreas de concentração dispostas no Anexo I.

2.4. Caso o candidato ainda não esteja de posse do diploma, este documento poderá ser substituído provisoriamente por certificado de conclusão de curso ou cópia autenticada acompanhada de histórico escolar, emitida pela instituição de ensino credenciada.

2.5. Além de comprovação da formação exigida, o candidato deverá apresentar registro em conselho de classe, quando se tratar de profissão regulamentada.

2.6. Carga horária de trabalho:

a) Técnico Universitário – Nível I: 40 (quarenta) horas semanais;

b) Analista Universitário – Nível I: 40 (quarenta) horas semanais;

c) Professor de Educação Superior – Nível I: 20 (vinte) horas semanais e 40 (quarenta) horas semanais, conforme disposto em Anexo I;

d) Professor de Educação Superior – Nível IV: 20 (vinte) horas semanais.

2.7. Remuneração Inicial, conforme Lei Estadual nº 19.973/2011:

2.7.1. Técnico Universitário – Nível I: R\$ 928,66 (novecentos e vinte e oito reais e sessenta e seis centavos), sendo composta de Vencimento Básico e Vantagem Temporária Incorporável (nos termos da Lei nº 15.785/2005).

2.7.2. Analista Universitário – Nível I: R\$ 2.182,95 (dois mil cento e oitenta e dois reais e noventa e cinco centavos).

2.7.3. Professor de Educação Superior – Nível I:

a) 20 horas semanais: R\$ 1.366,47 (mil trezentos e sessenta e seis reais e quarenta e sete centavos) sendo composta de Vencimento Básico, Gratificação de Incentivo à Docência (nos termos da Lei Estadual nº 11.115/1993) e Gratificação de Desempenho da Carreira de Professor de Educação Superior (nos termos do art. 4º da Lei nº 17.988, de 30 de dezembro de 2008).

b) 40 horas semanais: R\$ 2.732,94 (dois mil setecentos e trinta e dois reais e noventa e quatro centavos), sendo composta de Vencimento Básico, Gratificação de Incentivo à Docência (nos termos da Lei Estadual nº 11.115/1993) e Gratificação de Desempenho da Carreira de Professor de Educação Superior (nos termos do art. 4º da Lei nº 17.988, de 30 de dezembro de 2008).

2.7.4. Professor de Educação Superior – Nível IV: R\$ 2.317,98 (dois mil trezentos e dezessete reais e noventa e oito centavos), sendo composta de Vencimento Básico, Gratificação de Incentivo à Docência (nos termos da Lei Estadual nº 11.115/1993) e Gratificação de Desempenho da Carreira de Professor de Educação Superior (nos termos do art. 4º da Lei nº 17.988, de 30 de dezembro de 2008).

2.8. Regime Jurídico: os candidatos nomeados estarão subordinados ao Regime Jurídico Estatutário, em conformidade com as normas estabelecidas na Lei Estadual nº. 869/1952, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais, bem como legislação federal e estadual pertinente.

2.9. Regime de Previdência: os candidatos nomeados e empossados estarão subordinados ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Minas Gerais, instituído pela Lei Complementar Estadual nº. 64/2002, bem como legislação federal e estadual pertinente.

2.10. Lotação: As vagas oferecidas neste Edital são lotadas no Quadro de Pessoal da FHA.

2.11. Local de exercício: o exercício funcional do candidato nomeado dar-se-á na sede da FHA situada no município de Ibité.

3. DAS VAGAS

3.1. O número de vagas por cargo é o constante do Anexo I deste Edital, sendo elas distribuídas por Cargo/ Área / Escolaridade.

3.2. Em atendimento à Lei Estadual nº 11.867/1995, 10% (dez por cento) do total de vagas oferecidas neste Concurso Público serão reservadas a candidatos portadores de deficiência, de acordo com os critérios definidos pelo art. 4º do Decreto Federal nº. 3.298/1999, observada a exigência de compatibilidade entre a deficiência e as atribuições do cargo.

3.3. O percentual de 10% de reserva de que trata o item 3.2 deste Edital será aplicado sobre o número total de vagas disponibilizadas por cargo e área de atuação, conforme disposto no Anexo I deste Edital, estando o percentual reservado contido dentro do total de vagas disponibilizado.

3.4. As vagas reservadas para os portadores de deficiência não preenchidas serão revertidas para os demais candidatos aprovados e classificados de ampla concorrência, observada a ordem classificatória final.

3.5. O candidato portador de deficiência participará deste Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere à avaliação, ao conteúdo, ao horário, ao local de aplicação das provas e à nota mínima de aprovação exigida para o cargo.

3.6. O candidato inscrito como portador de deficiência, se aprovado e classificado neste Concurso Público, além de figurar na lista de classificação da ampla concorrência, terá sua classificação em listagem classificatória exclusiva dos candidatos portadores de deficiência, elaborada de acordo com a carreira/área/escolaridade em que se inscreveu.

3.7. Para cumprimento da reserva estabelecida na Lei Estadual nº. 11.867/95, as vagas reservadas serão providas por candidato portador de deficiência aprovado, classificado, nomeado e submetido à perícia médica a que diz respeito o item 13.2 deste edital, observada a distribuição de vagas constante do Anexo I deste Edital e a ordem de classificação do candidato nessa concorrência.

3.8. Ao número de vagas estabelecido no Anexo I deste Edital poderão ser acrescentadas novas vagas autorizadas dentro do prazo de validade do Concurso Público.

3.9. Caso novas vagas sejam oferecidas durante o prazo de validade do Concurso Público, 10% (dez por cento) delas serão destinadas a candidatos portadores de deficiência.

4. DOS REQUISITOS PARA A INVESTIDURA NOS CARGOS

4.1. O candidato aprovado e classificado neste Concurso Público será investido no cargo, se comprovar na data da posse:

a) ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português em condição de igualdade de direitos com os brasileiros; no caso de ser português, comprovar a condição de igualdade e gozo dos direitos políticos na forma do art. 12, § 1º da Constituição da República;

b) gozar dos direitos políticos;

c) estar quite com as obrigações eleitorais;

d) estar quite com as obrigações do Serviço Militar, quando se tratar de candidato do sexo masculino;

e) ter 18 anos completos até a data de posse;

f) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, a ser aferida em perícia médica oficial, realizada por unidade pericial competente, nos termos da legislação vigente,

g) comprovar a escolaridade exigida para o cargo, conforme item 2.3 e Anexo I deste Edital;

h) comprovar registro em órgão de classe, quando, por Lei, for exigido para o exercício das funções do cargo.

i) não ter sido demitido, a bem do serviço público, nos últimos 5 (cinco) anos, nos termos do Parágrafo Único do art. 259, da Lei Estadual nº. 869/1952.

4.2. O candidato que, na data da posse, não reunir os requisitos enumerados no item 4.1 deste Edital ou que por qualquer motivo não puder comprová-los, perderá o direito à posse no cargo para o qual foi nomeado.

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1. Disposições Gerais sobre as inscrições:

5.1.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

5.1.2. Objetivando evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de somente efetuar a inscrição e recolher o valor respectivo após tomar conhecimento do disposto neste Edital e seus anexos, e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para o cargo.

5.1.3. As informações prestadas no Formulário Eletrônico de Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, reservando-se à FHA e ao IBFC o direito de cancelar a inscrição do candidato que não preenchê-lo de forma completa, correta e legível, assegurado ao candidato o contraditório e a ampla defesa, devendo ser observado o disposto no item 15.16.

5.1.4. Declarações falsas ou inexatas constantes do Formulário Eletrônico de Inscrição determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, assegurado ao candidato o contraditório e a ampla defesa, devendo ser observado o disposto no item 15.16.

5.1.5. No ato da inscrição, não se exigirá do candidato cópia de nenhum documento, sendo de sua exclusiva responsabilidade a veracidade dos dados informados no Formulário Eletrônico de Inscrição, sob as penas da lei.

5.1.6. As Tabelas do Anexo I deste Edital apresentam a distribuição de vagas existentes por Cargo/ Área / Escolaridade.

5.1.7. O candidato poderá se inscrever somente para um Cargo/ Área / Escolaridade constante do Anexo I deste Edital.

5.1.8. A inscrição e o valor de inscrição pago são pessoais e intransferíveis.

5.1.9. Não serão aceitas as solicitações de inscrição que não atenderem rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

5.1.10. Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos para alteração de cargo.

5.1.11. O valor da inscrição não será devolvido ao candidato, salvo nas hipóteses de pagamento em duplicidade, extemporâneo ou em caso de cancelamento ou suspensão do concurso conforme disposto na Lei Estadual n.º 13.801, de 26 de dezembro de 2000.

5.2. Dos Procedimentos para Inscrição:

5.2.1. As inscrições para este Concurso Público serão realizadas exclusivamente pela Internet, no endereço eletrônico do IBFC www.ibfc.org.br, no período de 26/07 a 28/08/2012, observado o horário de Brasília.

5.2.2. O período de inscrições poderá ser prorrogado por necessidade técnica e/ou operacional, a critério da SEPLAG, da FHA e/ou do IBFC, mediante publicação no Diário Oficial dos Poderes do Estado – Minas Gerais e comunicação no endereço eletrônico www.ibfc.org.br.

5.2.3. Para inscrever-se neste Concurso Público, o candidato deverá durante o período das inscrições efetuar sua inscrição conforme os procedimentos estabelecidos abaixo:

- a) ler atentamente este Edital e o Formulário Eletrônico de Inscrição;
- b) preencher o Formulário Eletrônico de Inscrição e transmitir os dados pela Internet, providenciando a impressão do comprovante de Inscrição Finalizada;
- c) imprimir o boleto bancário para pagamento do valor da inscrição correspondente, em qualquer banco do sistema de compensação bancária;
- d) efetuar o pagamento da importância referente à inscrição descrita no item 5.2.4 deste Edital, até o dia do vencimento em qualquer agência bancária;
- e) o candidato que não efetuar o pagamento de sua inscrição até a data de vencimento, poderá utilizar a opção de imprimir a 2ª via do boleto até a data de 29/08/2012.

5.2.4. O candidato deverá, no período das inscrições, pagar a importância indicada a seguir, correspondente ao Cargo/Área / Escolaridade para o qual se inscreveu.

CARGO	VALOR DA INSCRIÇÃO
Técnico Universitário – Nível I Grau A	R\$ 45,00
Analista Universitário – Nível I Grau A	R\$ 65,00
Professor de Educação Superior– Nível I Grau A	R\$ 72,00
Professor de Educação Superior– Nível IV Grau A	R\$ 72,00

5.2.5. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias, o pagamento deverá ser feito antecipadamente.

5.2.6. Não será aceito pagamento do valor da taxa de inscrição por meio de cheque, depósito em caixa eletrônico, pelos correios, transferência eletrônica, DOC, DOC eletrônico, ordem de pagamento ou depósito comum em conta corrente, condicional ou fora do período de inscrição ou por qualquer outro meio que não os especificados neste Edital.

5.2.7. A SEPLAG, a FHA e o IBFC não se responsabilizam por solicitações de inscrição via Internet que deixarem de ser concretizadas por motivos externos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, ausência de energia elétrica e outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados, salvo quando se tratar de falha técnica ou operacional no endereço eletrônico onde serão processadas as inscrições.

5.2.8. O candidato poderá se inscrever para um único cargo Cargo/Área/ Escolaridade.

5.2.9. O candidato que se inscrever mais de uma vez para Cargo/Área/ Escolaridade, terá considerada apenas a última inscrição efetuada, observada a comprovação do pagamento do valor da inscrição.

5.2.10. O valor da inscrição não será devolvido ao candidato, salvo nas hipóteses de cancelamento ou suspensão do concurso, conforme disposto na Lei Estadual n.º 13.801, de 26 de dezembro de 2000.

5.2.11. A formalização da inscrição somente se dará com o adequado preenchimento de todos os campos da ficha de inscrição pelo candidato, pagamento do respectivo valor com emissão de comprovante de operação emitido pela instituição bancária.

5.2.12. O descumprimento das instruções para a inscrição pela internet implicará na não efetivação da inscrição.

5.2.13. A partir de 31/08/2012 o candidato deverá conferir, no endereço eletrônico www.ibfc.org.br através das inscrições homologadas (efetivadas), se os dados da inscrição foram recebidos e o pagamento processado. Em caso negativo, o candidato deverá entrar em contato com o Serviço de Atendimento ao Candidato - SAC do IBFC, pelo telefone (11) 4701-1658, de segunda a sexta-feira úteis, das 9 às 17 horas (horário de Brasília), para verificar o ocorrido.

5.2.14. O comprovante de inscrição do candidato será o próprio boleto, devidamente quitado.

5.2.15. É de inteira responsabilidade do candidato a manutenção sob sua guarda do comprovante do pagamento da taxa de inscrição, para posterior apresentação, se necessário.

5.3. Da Isenção do Pagamento do Valor de Inscrição:

5.3.1. O candidato comprovadamente desempregado, amparado pela Lei Estadual n.º. 13.392/1999 poderá requerer isenção do pagamento do valor de inscrição exclusivamente no período de 11/07 a 17/07/2012, observado o horário de Brasília.

5.3.2. O requerimento de isenção do pagamento do valor de inscrição estará disponível para preenchimento no endereço eletrônico www.ibfc.org.br somente no período constante do item 5.3.1 deste Edital.

5.3.3. Para requerer a isenção do pagamento do valor de inscrição o candidato deverá comprovar, cumulativamente:

- a) não possuir vínculo empregatício vigente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
- b) não possuir vínculo estatutário vigente com o poder público nos âmbitos municipal, estadual ou federal;
- c) não possuir contrato de prestação de serviços vigente com o poder público nos âmbitos municipal, estadual ou federal;
- d) não exercer atividade legalmente reconhecida como autônoma.

5.3.4. Para requerer a isenção do pagamento do valor de inscrição, o candidato deverá obedecer aos seguintes procedimentos:

a) Encaminhar o comprovante de solicitação de isenção realizado através do endereço eletrônico www.ibfc.org.br e a documentação citada nos itens 5.3.5 a 5.3.9 deste Edital, via Sedex, ao Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação – IBFC na Av. Dr. José Maciel, 560, Jd. Maria Rosa, Taboão da Serra, SP – CEP 06763-270.

b) O envelope deverá conter a referência: Concurso FHA – Solicitação de Isenção e deverá ser postado até o dia 14/07/2012.

5.3.5. No requerimento de isenção do pagamento do valor de inscrição o candidato deverá firmar declaração de que é desempregado, não se encontra em gozo de nenhum benefício previdenciário de prestação continuada, não auferir nenhum tipo de renda – exceto a proveniente de seguro-desemprego – e que sua situação econômico-financeira não lhe permite pagar o referido valor sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, respondendo civil e criminalmente pelo inteiro teor de sua declaração.

5.3.6. Para comprovar a situação prevista na alínea “a” do item 5.3.3 deste Edital, o candidato deverá:

- a) apresentar declaração de próprio punho, datada e assinada, na qual informará que nunca teve registro em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) de vínculo empregatício, quando for o caso; ou
- b) apresentar cópia autenticada das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) que contenham fotografia, qualificação civil, anotações do último contrato de trabalho (com as alterações salariais e registro da saída), e da primeira página em branco subsequente à anotação do último contrato de trabalho ocorrido.

5.3.7. Para comprovar a situação prevista na alínea “b” do item 5.3.3 deste Edital, o candidato deverá:

- a) apresentar declaração de próprio punho, datada e assinada, na qual informará que nunca teve vínculo estatutário com o poder público nos âmbitos municipal, estadual ou federal, quando for o caso; ou
- b) apresentar certidão expedida por órgão ou entidade competente, com identificação e assinatura legível da autoridade emissora do documento, informando o fim do vínculo estatutário, ou a cópia da publicação oficial do ato que determinou a extinção do vínculo.

5.3.8. Para comprovar a situação prevista na alínea “c” do item 5.3.3 deste Edital, o candidato deverá apresentar declaração de próprio punho, datada e assinada, na qual informará que não possui contrato de prestação de serviços vigente com o poder público nos âmbitos municipal, estadual ou federal.

5.3.9. Para comprovar a situação prevista na alínea “d” do item 5.3.3 deste Edital, o candidato deverá:

- a) apresentar certidão em que conste a baixa da atividade autônoma; ou
- b) apresentar declaração de próprio punho, datada e assinada, na qual informará não auferir qualquer tipo de renda (exceto aquela proveniente de seguro desemprego).

5.3.10. Não será concedida isenção do pagamento do valor de inscrição ao candidato que:

- a) deixar de efetuar o requerimento de inscrição pela Internet;
- b) omitir informações e/ou torná-las inverídicas;
- c) fraudar e/ou falsificar documento;
- d) pleitear a isenção, sem apresentar cópia autenticada dos documentos previstos no item 5.3;
- e) não observar prazos para postagem dos documentos.

5.3.11. Cada candidato deverá encaminhar individualmente sua documentação, sendo vedado o envio de documentos de mais de um candidato no mesmo envelope.

5.3.12. As informações prestadas no requerimento de isenção do pagamento do valor de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato.

5.3.13. A declaração falsa de dados para fins de isenção do pagamento do valor de inscrição determinará o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis pelo teor das afirmativas, assegurado ao candidato o contraditório e a ampla defesa.

5.3.14. Encerrado o prazo de postagem de documentos, não será permitida a complementação da documentação.

5.3.15. Não será aceita solicitação de isenção do pagamento do valor de inscrição via fac-símile (fax), via correio eletrônico ou qualquer outra forma que não seja prevista neste Edital.

5.3.16. A comprovação da tempestividade do requerimento de isenção do pagamento do valor de inscrição será feita pelo registro da data de postagem.

5.3.17. Para fins de isenção do pagamento do valor de inscrição, a documentação comprobatória da condição de desempregado será analisada pelo IBFC.

5.3.18. O pedido de isenção do pagamento do valor de inscrição que não atender a quaisquer das exigências determinadas neste Edital será indeferido.

5.3.19. A partir de 03/08/2012 o resultado da análise do requerimento de isenção do pagamento do valor de inscrição será publicado no Diário Oficial dos Poderes do Estado – Minas Gerais e disponibilizado no endereço eletrônico www.ibfc.org.br listando os candidatos por nome em ordem alfabética, número do documento de identidade e apresentando a informação sobre deferimento ou indeferimento.

5.3.20. O candidato que tiver sua solicitação de isenção deferida terá sua inscrição efetivada automaticamente no concurso.

5.3.21. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção do pagamento do valor de inscrição indeferidos e que mantiverem interesse em participar do certame deverão efetuar sua inscrição, observando os procedimentos previstos no item 5.2 deste Edital.

5.3.22. Caberá recurso contra o indeferimento do pedido de isenção do pagamento do valor de inscrição, conforme o item 11 deste Edital.

5.3.23. A decisão relativa ao deferimento ou indeferimento do recurso será publicada no Diário Oficial dos Poderes do Estado – Minas Gerais - e será disponibilizada no endereço eletrônico www.ibfc.org.br.

5.4. A FHA disponibilizará, em sua sede, computador com acesso a internet e material para impressão de boleto bancário, sendo de exclusiva responsabilidade do candidato realizar o ato de inscrição nos termos deste Edital.

6. DA INSCRIÇÃO DE PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

6.1. Para fins de reserva de vagas prevista na Lei Estadual nº. 11.867/1995, considera-se pessoa portadora de deficiência aquela que se enquadra nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº. 3.298/1999 combinado com o enunciado da Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, assim definidas:

- a) Deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, tri paresia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho das funções.
- b) Deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

- c) Deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,5 no melhor olho, com a melhor correção óptica; casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°, ou ocorrência simultânea de quaisquer condições anteriores. Visão monocular.
- d) Deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer e trabalho.
- e) Deficiência múltipla: associação de duas ou mais deficiências.
- 6.2. Às pessoas portadoras de deficiência, que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela legislação, é assegurado o direito de inscrição para a reserva de vagas em Concurso Público, nos cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.
- 6.3. A utilização de material tecnológico de uso habitual não obsta a inscrição na reserva de vagas; porém, a deficiência do candidato deve permitir o desempenho adequado das atribuições especificadas para o cargo, admitida a correção por equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais.
- 6.4. No ato da inscrição, o candidato portador de deficiência deverá declarar que está ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever e que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições.
- 6.5. O candidato portador de deficiência, se aprovado e classificado neste Concurso Público, além de figurar na lista de classificação da ampla concorrência, terá seu nome constante da lista específica de portadores de deficiência.
- 6.6. O candidato portador de deficiência, durante o preenchimento do Formulário Eletrônico de Inscrição, além de observar os procedimentos descritos no item 5 deste Edital, deverá informar que é portador de deficiência e a forma de adaptação da sua prova.
- 6.7. O candidato portador de deficiência que não preencher os campos específicos do Formulário Eletrônico de Inscrição e não cumprir o determinado neste Edital terá a sua inscrição processada como candidato de ampla concorrência e não poderá alegar posteriormente essa condição para reivindicar a prerrogativa legal.
- 6.8. Para solicitar inscrição na reserva de vagas, o candidato portador de deficiência deverá encaminhar até o dia 29/08/2012, via Sedex, ao Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação - IBFC na Av. Dr. José Maciel, 560, Jd. Maria Rosa, Taboão da Serra, SP – CEP 06763-270, os documentos a seguir:
- a) Laudo Médico original ou cópia autenticada expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses da data do término das inscrições, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, e
- b) Requerimento de prova especial ou de condições especiais (Anexo III) devidamente preenchido e assinado, para assegurar previsão de adaptação da sua prova.
- 6.9. A SEPLAG, a FHA e o IBFC não se responsabilizam pelo extravio ou atraso dos documentos encaminhados via Sedex.
- 6.10. O candidato portador de deficiência, além do envio do Laudo Médico indicado na alínea “a” do item 6.8 deste Edital, deverá assinalar, no Formulário Eletrônico de Inscrição ou no Requerimento de Isenção de Pagamento do Valor de Inscrição, nos respectivos prazos, a condição especial de que necessitar para a realização da prova, quando houver.
- 6.11. Os documentos indicados no item 6.8 deste Edital terão validade somente para este Concurso Público e não serão devolvidos.
- 6.12. Os candidatos que, dentro do período das inscrições, não atenderem aos dispositivos mencionados no item 6.8 e seus subitens, deste Edital, não concorrerão às vagas reservadas para portadores de deficiência e não terão a prova e/ou condições especiais atendidas, seja qual for o motivo alegado.
- 6.13. A realização de provas nas condições especiais solicitadas pelo candidato portador de deficiência será condicionada à legislação específica e à possibilidade técnica examinada pelo IBFC.
- 6.14. O candidato será comunicado do atendimento de sua solicitação através do endereço eletrônico www.ibfc.org.br.
- 6.15. Será desconsiderado qualquer recurso em favor de candidato portador de deficiência que não seguir as instruções constantes deste Edital para inscrição nesta condição.
- 6.16. Após a nomeação do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria.
- 6.17. Os candidatos Portadores de Deficiência que não realizarem a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo não poderão impetrar recurso em favor de sua situação.
- ## 7. DAS PROVAS DE PRIMEIRA ETAPA
- 7.1. Disposições Gerais sobre a realização das provas:
- 7.1.1. A Prova Objetiva e Dissertativa ocorrerá no mesmo dia, com previsão para a data de 30/09/2012.
- 7.1.2. Para os cargos de Técnico Universitário e Analista Universitário a prova terá duração de 4 horas.
- 7.1.3. Para os cargos de Professor de Educação Superior a prova terá duração de 5 horas.
- 7.1.4. As Provas serão realizadas no Estado de Minas Gerais, na cidade de Ibité.
- 7.1.5. O local, a sala e o horário de realização das Provas serão disponibilizados no endereço eletrônico www.ibfc.org.br, até 20/09/2012.
- 7.1.6. Será publicado no Diário Oficial dos Poderes do Estado – Minas Gerais o Ato confirmando o dia de aplicação das provas, sendo a informação disponibilizada também no endereço eletrônico www.ibfc.org.br**
- 7.1.7. Havendo alteração da data prevista, as provas poderão ocorrer em sábados, domingos ou feriados.
- 7.1.8. O candidato não poderá alegar desconhecimento acerca da data, horário e local de realização das provas, para fins de justificativa de sua ausência.
- 7.1.9. O Ato de Convocação para a realização das provas estará disponível no endereço eletrônico www.ibfc.org.br.
- 7.1.10. É de exclusiva responsabilidade do candidato tomar ciência do trajeto até o local de realização das Provas, a fim de evitar eventuais atrasos, sendo aconselhável ao candidato visitar o local de realização das provas com antecedência.

7.1.11. Não haverá segunda chamada para as provas seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.

7.1.12. O não comparecimento às provas, por qualquer motivo, caracterizará a desistência do candidato e resultará em sua eliminação deste Concurso Público.

7.1.13. Os eventuais erros de digitação de nome, número de documento de identidade, sexo e data de nascimento, deverão ser corrigidos pelos candidatos observando o item 15.16, “a”, deste Edital e em último caso mediante solicitação ao fiscal da sala no dia da aplicação das provas.

7.1.14. O candidato que não solicitar a correção dos dados deverá arcar exclusivamente com as consequências advindas de sua omissão.

7.1.15. O candidato que, por qualquer motivo, não tiver seu nome constando do Ato de Convocação, mas que apresente o respectivo comprovante de pagamento, efetuado nos moldes previstos neste Edital, poderá participar do Concurso Público, devendo preencher e assinar, no dia da prova, formulário específico.

7.1.16. A inclusão de que trata o item 7.1.15 será realizada de forma condicional, sujeita a posterior verificação quanto à regularidade da referida inscrição.

7.1.17. Constatada a irregularidade da inscrição, a inclusão do candidato será automaticamente cancelada, considerados nulos todos os atos dela decorrentes, assegurado ao candidato o contraditório e a ampla defesa, devendo ser observado o disposto no item 15.16.

7.1.18. O candidato deverá apor sua assinatura na lista de presença, de acordo com aquela constante do seu documento de identidade, vedada a aposição de rubrica.

7.1.19. Depois de identificado e instalado na sala de prova, o candidato não poderá consultar ou manusear qualquer material de estudo ou de leitura enquanto aguardar o horário de início da prova.

7.1.20. O candidato não poderá ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento de um fiscal.

7.1.21. É vedado o ingresso de candidato em local de prova portando qualquer tipo de arma.

7.1.22. O candidato deverá comparecer ao local designado para a prova, constante do Ato de Convocação, com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos do fechamento dos portões, munido de:

a) Comprovante de inscrição;

b) Original de um dos documentos de identidade a seguir: carteira e/ou cédula de identidade expedida por Secretaria de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores, Cédula de Identidade para Estrangeiros, Cédula de Identidade fornecida por Órgãos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal valem como documento de identidade, como, por exemplo, OAB, CRM, CREA, CRC etc., Passaporte, Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia na forma da Lei Federal nº. 9.503/1997);

c) Caneta esferográfica transparente de tinta preta ou azul, lápis preto nº 2 e borracha macia.

7.1.23. Somente será admitido na sala de prova o candidato que apresentar um dos documentos discriminados no subitem anterior em perfeitas condições, de modo a permitir, com clareza, a identificação do candidato. Documentos violados e rasurados não serão aceitos.

7.1.24. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade oficial, por motivo de extravio, perda, roubo ou furto, deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova e, ainda, ser submetido à identificação especial, compreendendo a coleta de assinatura e impressão digital em formulário específico.

7.1.25. A identificação especial será exigida, também, do candidato cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura ou à condição de conservação do documento.

7.1.26. O comprovante de inscrição não terá validade como documento de identidade.

7.1.27. Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins, Protocolos, Certidão de Nascimento, Título Eleitoral, Carteira Nacional de Habilitação emitida anteriormente à Lei 9.503/97, Carteira de Estudante, Crachás, Identidade Funcional de natureza pública ou privada, protocolos, cópias dos documentos citados, ainda que autenticadas, ou quaisquer outros documentos não constantes deste Edital.

7.1.28. Durante a prova, não será permitido ao candidato consultas bibliográficas de qualquer espécie, bem como usar no local de exame armas ou aparelhos eletrônicos (agenda eletrônica, bip, gravador, notebook, pager, palmtop, receptor, telefone celular, walkman etc.), boné, gorro, chapéu e óculos de sol, bolsas e sacolas. O descumprimento desta instrução implicará na eliminação do candidato.

7.1.29. O telefone celular, rádio comunicador ou aparelhos eletrônicos, dos candidatos, antes da realização da prova, deverão permanecer desligados, tendo sua bateria retirada, sendo acondicionado em saco plástico a serem fornecido pelo IBFC exclusivamente para tal fim e acomodados em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova.

7.1.30. O IBFC recomenda que o candidato leve apenas o documento original de identidade, lápis, borracha e caneta azul ou preta para a realização da prova e não leve nenhum dos objetos citados nos itens anteriores.

7.1.31. A SEPLAG, a FHA e o IBFC não se responsabilizarão por perda ou extravio de documentos, objetos ou equipamentos eletrônicos ocorridos no local de realização de prova, nem por danos neles causados.

7.1.32. Por medida de segurança os candidatos deverão deixar as orelhas totalmente descobertas, à observação dos fiscais de sala, durante todo o período de realização das provas.

7.1.33. A candidata que tiver a necessidade de amamentar durante a realização da prova deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata nesta condição que não levar acompanhante não realizará a prova.

7.1.34. A solicitação de condições especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

7.1.35. Excetuada a situação prevista no item 7.1.33, não será permitida a permanência de qualquer acompanhante nas dependências do local de realização de qualquer prova, podendo ocasionar inclusive a não participação do candidato no Concurso Público.

7.1.36. Objetivando garantir a lisura e a idoneidade do Concurso Público, no dia de realização das provas, o candidato será submetido ao sistema de identificação por digital e detecção de metal.

7.1.37. Em nenhuma hipótese será admitida troca de cargo ou local de realização da prova.

7.1.38. A saída da sala de prova somente será permitida depois de transcorrido o tempo de 1 (uma) hora do início da prova (informado em sua sala de prova), mediante a entrega obrigatória, da sua folha de respostas e do seu caderno de questões, ao fiscal de sala.

7.1.39. Será excluído do Concurso Público o candidato que:

- a) Apresentar-se após o fechamento dos portões ou fora dos locais pré-determinados;
- b) Não apresentar o documento de identidade exigido no item 7.1.22, alínea “b” deste Edital;
- c) Não comparecer à prova, seja qual for o motivo alegado;
- d) Ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal, ou antes do tempo mínimo de permanência estabelecido no Item 7.1.38 deste Edital;
- e) For surpreendido em comunicação com outro candidato, terceiros verbalmente, por escrito ou por qualquer outro meio de comunicação, ou utilizando-se de livros, notas, impressos ou calculadoras;
- f) For surpreendido usando boné, gorro, chapéu, óculos de sol ou fazendo uso de telefone celular, gravador, receptor, pager, bip, gravador, notebook e/ou equipamento similar;
- g) Lançar mão de meios ilícitos para executar as provas;
- h) Não devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas conforme o item 7.1.38 deste Edital;
- i) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos e/ou agir com descortesia em relação a qualquer dos examinadores, executores e seus auxiliares, ou autoridades presentes;
- j) Fizer anotação de informações relativas às suas respostas fora dos meios permitidos;
- k) Ausentar-se da sala de provas, portando as folhas de respostas e/ou cadernos de questões;
- l) Não cumprir as instruções contidas no caderno de questões de provas e nas folhas de respostas;
- m) Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Concurso Público;
- n) Não permitir a coleta de sua assinatura e a impressão digital;
- o) Descumprir as normas e os regulamentos da SEPLAG, da FHA e do IBFC durante a realização das provas.

7.1.40. No dia da realização das provas, não serão fornecidas por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas e/ou critérios de avaliação/classificação.

7.1.41. Constatado, após as provas, por meio eletrônico, estatístico, visual, ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processos ilícitos, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Concurso Público.

7.1.42. Por razões de ordem técnica, de segurança e de direitos autorais adquiridos, não serão fornecidos exemplares do caderno de questões aos candidatos ou a instituições de direito público ou privado, mesmo após o encerramento do Concurso Público.

7.1.43. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento do candidato da sala de provas.

7.1.44. No caso de o candidato não conseguir visualizar o seu local de prova no endereço eletrônico do IBFC dentro do período fixado, deverá entrar em contato com o Serviço de Atendimento ao Candidato – SAC do IBFC, pelo telefone (11) 4701-1658, de segunda a sexta-feira úteis, das 9 às 17 horas (horário de Brasília), para as devidas orientações.

7.1.45. No ato da realização das provas será fornecido ao candidato o Caderno de Questões e a Folha de Respostas personalizada com os dados do candidato, para aposição da assinatura no campo próprio e transcrição das respostas.

7.1.46. O candidato deverá conferir os seus dados pessoais impressos na Folha de Respostas, em especial seu nome, número de inscrição, número do documento de identidade e opção de cargo.

7.2. DA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

7.2.1. A prova objetiva será aplicada a todos os candidatos e será elaborada com base nos conteúdos constantes no Anexo V, de acordo com cada Cargo/ Área / Escolaridade a que o candidato estiver concorrendo.

7.2.2. Na Prova Objetiva, o candidato deverá assinalar as respostas das questões na Folha de Respostas personalizada, de que trata o item 7.1.45, com caneta de tinta azul ou preta, que será o único documento válido para a correção de sua prova.

7.2.3. Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emendas ou rasuras, ainda que legíveis.

7.2.4. O candidato não deverá fazer nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras óticas, prejudicando o seu desempenho.

7.2.5. Em nenhuma hipótese haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato, devendo este arcar com os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente.

7.2.6. O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e na capa do Caderno de Questões.

7.2.7. O Gabarito das Provas Objetivas será divulgado no endereço eletrônico www.ibfc.org.br, em até 05 dias úteis após a aplicação da mesma.

7.2.8. O caderno de questões da prova objetiva será divulgado no endereço eletrônico www.ibfc.org.br, na mesma data da divulgação dos gabaritos e durante o prazo recursal, conforme item 11.2 deste Edital.

7.2.9. O espelho da prova dissertativa será divulgado no endereço eletrônico www.ibfc.org.br, na data da divulgação do Resultado Preliminar da Prova Dissertativa e durante o prazo recursal, conforme item 11 deste Edital.

7.2.10. Após o julgamento dos recursos contra o gabarito e contra o resultado preliminar da Prova Objetiva, será publicada listagem contendo o resultado final da Prova Objetiva, conforme os critérios de classificação e desempate constantes no item 10 deste Edital.

7.3 DA REALIZAÇÃO DA PROVA DISSERTATIVA

- 7.3.1. A Prova Dissertativa será aplicada a todos os candidatos ao cargo de Professor de Educação Superior.
- 7.3.2. A prova dissertativa será elaborada com base nos conteúdos específicos constantes no Anexo V de acordo com cada Cargo/ Área / Escolaridade a que o candidato estiver concorrendo.
- 7.3.3. Para a realização da prova dissertativa, o candidato receberá caderno específico, no qual redigirá com caneta de tinta azul ou preta. A prova de dissertativa deverá ser escrita à mão, em letra legível, não sendo permitida a interferência e ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado condição especial para esse fim. Nesse caso, o candidato será acompanhado por um fiscal do IBFC, devidamente treinado, que deverá ditar integralmente o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de acentuação e pontuação.
- 7.3.4. As provas dissertativas não poderão ser assinadas, rubricadas ou conter, em outro local que não seja o cabeçalho das folhas de textos definitivos, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de ser anulada. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição o texto definitivo, acarretará a anulação das provas implicando na eliminação do concurso.
- 7.3.5. O IBFC adotará processo que impeça a identificação do candidato por parte da banca examinadora, garantindo, assim, o sigilo no julgamento das provas.
- 7.3.6. A folha para rascunho, constante do caderno de prova, será de preenchimento facultativo. Em nenhuma hipótese o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da prova.
- 7.3.7. Os critérios de correção da prova dissertativa serão os estabelecidos no item 8.2.3 deste Edital, onde serão demonstrados os objetos de pontuação e de desconto por erros.
- 7.3.8. Todos os candidatos que concorrerem às vagas reservadas aos portadores de deficiência e que forem aprovados na prova objetiva nos termos estabelecidos no item 8 terão suas provas dissertativas corrigidas.
- 7.3.9. Para os candidatos da ampla concorrência serão corrigidas as provas dissertativas dos aprovados nas provas objetivas nos termos estabelecidos no item 8 em até 7 (sete) vezes o quantitativo de vagas estabelecido no anexo I deste Edital, para cada cargo/nível/área de conhecimento, observada a ordem de classificação constante do resultado final da prova objetiva.
- 7.3.10. Os candidatos cujas notas empatarem com as do último candidato classificado para correção da prova dissertativa terão, também, suas provas dissertativas corrigidas.
- 7.3.11. Estarão, para todos os efeitos, automaticamente eliminados do concurso os candidatos aos cargos de Professor de Educação Superior que não forem classificados para a correção da prova dissertativa.

8. DO JULGAMENTO DAS PROVAS

- 8.1. A Prova Objetiva terá caráter eliminatório e classificatório e será aplicada a todos os cargos.
- 8.1.1. A Prova Objetiva constará de um total de 60 (sessenta) questões objetivas de múltipla escolha de acordo com o Anexo II.
- 8.1.2. As questões da Prova Objetiva versarão sobre as Referências de Estudo contidas no Anexo V deste Edital.
- 8.1.3. Cada questão da Prova Objetiva terá 4 (quatro) alternativas de resposta, devendo ser marcada como resposta apenas 1 (uma) alternativa por questão.
- 8.1.4. A Prova Objetiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 60 (sessenta) pontos, por processo eletrônico, sendo atribuído 1 (um) ponto para cada resposta correta.
- 8.1.5. Para todos os cargos será considerado aprovado na Prova Objetiva o candidato que obtiver no mínimo 60% (sessenta por cento) de acertos nas questões de Conhecimentos Gerais (Prova I) e no mínimo 60% (sessenta por cento) de acertos nas questões de Conhecimentos Específicos (Prova II).
- 8.1.6. Será excluído do Concurso Público o candidato que não obtiver o mínimo de acertos exigidos para aprovação nos termos do item 8.1.5 deste Edital.

8.2. A Prova Dissertativa terá caráter classificatório e será aplicada somente para os cargos de Professor de Educação Superior.

8.2.1. A Prova Dissertativa constará de 1 (uma) questão dissertativa com valor total de 40 pontos.

8.2.2. A questão da Prova Dissertativa versará sobre os conteúdos específicos constantes no Anexo V deste Edital de acordo com cada Cargo/ Área / Escolaridade a que o candidato estiver concorrendo.

8.2.3. A Prova Dissertativa será avaliada na escala de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos, de acordo com os critérios estabelecidos na tabela abaixo:

Critérios de correção	Valor total por critério
1) Compreensão/conhecimento do conteúdo, com domínio do tema proposto e adequação ao gênero textual exigido	10 pontos
2) Argumentação pertinente e suficiente em relação à questão apresentada	10 pontos
3) Coerência e coesão	10 pontos
4) Emprego correto da norma linguística padrão: - domínio dos fenômenos morfológico, sintático e semântico (estruturação de período, concordâncias, regências, emprego de crase e colocação pronominal) - pontuação - ortografia - desconto de 1,0 ponto por erro totalizando desconto máximo de 10 pontos	10 pontos
TOTAL	40 pontos

8.2.4. A pontuação a ser atribuída ao candidato na Prova Dissertativa será aquela resultante da soma dos pontos obtidos nos quesitos da tabela descrita no item 8.2.3 deste Edital, observados os critérios de correção e os descontos por erro descritos no quesito 4.

8.2.5. Na correção da Prova Dissertativa, quando for atribuída nota zero nos quesitos 1 e 2 da tabela descrita no item 8.2.3 deste Edital, haverá atribuição de nota zero à prova inteira.

8.2.6. O erro de ortografia será apenado apenas uma vez.

8.2.7. O candidato que não obedecer ao limite de número de linhas solicitado na Prova Dissertativa será apenado de acordo com os seguintes critérios:

- a) desconto de 0,5 (meio) ponto por linha aquém do mínimo estipulado;
- b) desconto de 0,5 (meio) ponto por linha que exceda o máximo estipulado.

8.2.8. Recomenda-se evitar rasuras, não sendo permitido o uso de corretivos.

8.2.9. Será atribuída nota zero à Prova Dissertativa:

- a) em branco;
- b) que não for redigida manualmente com caneta de tinta azul ou preta;
- c) que apresentar o uso do corretivo;
- d) que apresentar qualquer tipo de identificação em local indevido, conforme disposto no caderno de provas,
- e) considerada ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à língua portuguesa escrita ou em idioma diverso do português;
- f) cujo conteúdo versar sobre tema diverso do proposto;
- g) que fuja da tipologia proposta na Prova Dissertativa;

9. DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

9.1. A segunda etapa do Concurso Público será constituída por Avaliação de Títulos, de caráter apenas classificatório.

9.2. Na Avaliação de Títulos será considerado e pontuado a formação acadêmica do candidato de acordo com os critérios estabelecidos no Anexo IV deste Edital.

9.3. Para fins de Avaliação de Títulos, serão considerados os critérios constantes no Anexo IV deste Edital.

9.4. O candidato deverá apresentar apenas um título acadêmico válido para o cargo em que se inscreveu, não sendo permitida acumulação de pontuação nesse caso.

9.5. Na apresentação do título de que se refere o item 9.3, o candidato deverá optar por aquele que corresponda à pontuação mais elevada na forma devida no anexo IV deste edital.

9.6. Para o cargo de Professor de Educação Superior, além de observados os critérios definidos no item 9.2 deste Edital, será considerado e pontuada a Experiência Profissional do candidato em estabelecimentos privados ou públicos (federais, estaduais e municipais) de acordo com os critérios estabelecidos no anexo IV deste Edital.

9.7. O candidato que tiver sua inscrição homologada (efetivada), deverá acessar, no período de 10 a 14 de setembro de 2012, o endereço eletrônico www.ibfc.org.br, localizar o *link* denominado “Prova de Títulos”, inserir seu número de inscrição e data de nascimento, selecionar o campo correspondente à avaliação de Títulos, preencher corretamente o formulário conforme instrução, enviar os dados e imprimir o formulário de “Avaliação de Títulos”.

9.8. O formulário de “Avaliação de Títulos”, devidamente assinado, e os “Documentos” que foram informados através do endereço eletrônico www.ibfc.org.br, deverão ser encaminhados via correio, pelo serviço Sedex, para Av. Doutor José Maciel, nº 560, Jardim Maria Rosa, CEP 06763-270, no Município de Taboão da Serra, Estado de São Paulo, indicando como referência no envelope “TÍTULOS – FHA”, com data de postagem até o dia 19 de setembro de 2012.

9.9. Caso o candidato não tenha qualquer título válido para o cargo em que se inscreveu, terá atribuída nota 0 (zero) na Avaliação de Títulos.

9.10. Todos os documentos referentes à Avaliação de Títulos deverão ser apresentados em CÓPIAS AUTENTICADAS em cartório frente e verso, cuja autenticidade será objeto de comprovação mediante apresentação de original e outros procedimentos julgados necessários, caso o candidato venha a ser aprovado.

9.11. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a Avaliação dos Títulos com clareza.

9.12. Os documentos de Certificação que forem representados por diplomas ou certificados/certidões de conclusão de curso deverão:

- a) estar acompanhados do respectivo histórico escolar, mencionando a data da colação de grau, bem como deverão ser expedidos, por Instituição Oficial ou reconhecida, em papel timbrado, e deverão conter carimbo e identificação da instituição e do responsável pela expedição do documento.

9.13. Os documentos comprobatórios de cursos realizados no exterior somente serão considerados quando traduzidos para a língua portuguesa por tradutor juramentado e devidamente revalidados por Universidades Oficiais credenciadas pelo Ministério da Educação – MEC.

9.14. Os cursos deverão estar autorizados pelos órgãos competentes.

9.15. Apenas os cursos já concluídos serão passíveis de pontuação na Avaliação de Títulos.

9.16. Os pontos decorrentes da mesma formação não serão cumulativos, ou seja, será considerado apenas um Título para cada faixa de pontuação.

9.17. O Certificado de curso de pós-graduação lato-sensu, em nível de especialização, que não apresentar a carga horária mínima de 360h/aula até a data de entrega dos Títulos não serão pontuados.

9.18. Para receber a pontuação relativa à Experiência Profissional, o candidato deverá comprovar o efetivo exercício de atividades correspondentes ao cargo/área de atuação para o qual se inscreveu, mediante apresentação de uma das seguintes opções:

- a) cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) - constando obrigatoriamente a folha de identificação com número e série, a folha com a foto do portador, a folha com a qualificação civil, a folha de contrato de trabalho e as folhas de alterações de salário que constem mudança de função - acrescida de declaração do empregador que informe o período (com início e fim, se for o caso) e a espécie do serviço realizado, com a descrição das atividades desenvolvidas, se realizado na área privada;

- b) cópia autenticada do estatuto social da cooperativa acrescida de declaração informando sua condição de cooperado, período (com início e fim, se for o caso) e a espécie do serviço realizado, com a descrição das atividades desenvolvidas;

- c) certidão original, que informe o período (com início e fim, se for o caso) e a espécie do serviço realizado, com a descrição das atividades desenvolvidas, se realizado na área pública;

d) cópia autenticada de contrato de prestação de serviços ou recibo de pagamento de autônomo (RPA) acrescido de declaração, que informe o período (com início e fim, se for o caso) e a espécie do serviço realizado, no caso de serviço prestado como autônomo.

e) cópia autenticada de declaração do órgão ou empresa ou de certidão de Tempo de Serviço efetivamente exercido no exterior, traduzido para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

9.19. A declaração a que diz respeito o item 9.18, alínea “a” deverá apresentar, no mínimo, as seguintes informações: nome empresarial ou denominação social do emitente; endereço e telefones válidos, CNPJ e inscrição estadual, identificação completa do profissional beneficiado; descrição do emprego exercido e principais atividades desenvolvidas; local e período (início e fim) de realização das atividades; assinatura e identificação do emitente (nome completo legível, acompanhado de cargo/ função), com reconhecimento de firma.

9.20. A certidão a que diz respeito o item 9.18, alínea “c” deverá apresentar, no mínimo, as seguintes informações: designação do Órgão/Entidade da Administração Pública Direta, Autárquica ou Fundacional; endereço e telefones válidos, CNPJ, identificação completa do profissional; descrição do cargo ou emprego público ou função exercida e principais atividades desenvolvidas; local e período (início e fim) de realização das atividades; assinatura e identificação do emitente (nome completo legível, cargo/ emprego público ou função).

9.21. Em caso de impossibilidade de emissão da documentação prevista no item 9.18, “a” e “b”, exclusivamente por motivo de extinção da sociedade empresária e/ou da cooperativa, será admitida, para fins de pontuação referente a Títulos:

a) Para empregados celetistas de sociedade empresária e/ou de cooperativa, somente cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) constando obrigatoriamente a folha de identificação com número e série, a folha com a foto do portador, a folha com a qualificação civil, a folha de contrato de trabalho e as folhas de alterações de salário que constem mudança de função; e

b) Para cooperados, cópia autenticada do estatuto social e do termo de extinção da cooperativa, expedido pelo Cartório de Registro Civil.

9.22. Quando o nome do candidato for diferente do constante do título apresentado, deverá ser anexado comprovante de alteração do nome (por exemplo: certidão de casamento).

9.23. O comprovante de título referente a tempo de serviço exercido no exterior, somente será considerado se o documento estiver traduzido para o português, por tradutor juramentado e em conformidade com as normas estabelecidas neste Edital.

9.24. Para efeito do cômputo de pontuação relativa a tempo de experiência, não será considerada mais de uma pontuação no mesmo período.

9.25. Não será aceito qualquer tipo de estágio, bolsa de estudo, monitoria, especialização, MBA e residência médica ou residência multiprofissional para pontuação dos Títulos.

9.26. É de exclusiva responsabilidade do candidato o envio e comprovação dos documentos de Títulos.

9.27. A pontuação da documentação de Títulos se limitará ao valor máximo de acordo com o Anexo IV.

9.28. Quaisquer títulos que não preencherem devidamente as exigências de comprovação, contidas neste Edital, não serão considerados.

9.29. Para efeito de pontuação de experiência, não será considerada sobreposição de tempo.

9.30. Os pontos que excederem o valor máximo estipulado no Anexo IV serão desconsiderados.

9.31. Não serão aceitos documentos que não atenderem aos prazos e às exigências deste Edital e/ou suas complementações.

9.32. Em nenhuma hipótese haverá devolução aos candidatos de documentos referentes a títulos.

9.33. Comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos apresentados, o candidato terá anulada a respectiva pontuação e, comprovada a culpa do mesmo, este será excluído deste Concurso Público, sem prejuízo das medidas penais cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.34. Não serão aceitos documentos que não atenderem aos prazos e às exigências deste Edital e/ou suas complementações.

9.35 Somente será analisado o título do candidato que:

a) Técnico Universitário e Analista Universitário: atender ao item 9 e tiver na situação de habilitado/classificado na prova objetiva;

b) Professor de Educação Superior: estiver dentro do quantitativo descrito no item 7.3.8 ou 7.3.9, atender ao item 9 deste Edital e for classificado/habilitado na prova objetiva.

10. DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE DOS CANDIDATOS

10.1. Será considerado aprovado neste Concurso Público o candidato que obtiver pontuação mínima exigida para aprovação na Prova Objetiva, nos termos do item 8 deste Edital.

10.2. O Resultado Final deste Concurso Público será aferido pelo somatório dos pontos obtidos na Primeira Etapa e na Segunda Etapa.

10.3. Havendo empate na totalização dos pontos, terá preferência o candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme estabelece o parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº. 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), sendo considerada, para esse fim, a data de realização das provas de primeira etapa;

10.4. Persistindo o empate, serão aplicados os seguintes critérios:

10.4.1. Para os cargos de Técnico Universitário e Analista Universitário, o desempate beneficiará o candidato que, na ordem a seguir, tenha obtido, sucessivamente, em cada cargo/área de conhecimento:

a) maior pontuação na Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos;

b) maior pontuação na Prova Objetiva de Conhecimentos Gerais;

c) maior pontuação na Prova de Títulos;

c) maior idade.

10.4.2. Para os cargos de Professor de Educação Superior, o desempate beneficiará o candidato que, na ordem a seguir, tenha obtido, sucessivamente, em cada cargo/nível/área de conhecimento:

- a) maior pontuação na Prova Dissertativa;
- b) maior pontuação na Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos;
- c) maior pontuação na Prova Objetiva de Conhecimentos Gerais;
- d) maior idade.

10.5. Os candidatos aprovados neste Concurso Público serão classificados em ordem decrescente de nota final, observado o cargo/nível e a área de conhecimento em que concorrem.

10.6. A classificação dos candidatos aprovados será feita em duas listas, a saber:

- a) a primeira lista conterá a classificação de todos os candidatos (ampla concorrência), respeitados o cargo/nível e área de conhecimento em que se inscreveram, incluindo aqueles inscritos como portadores de deficiência;
- b) a segunda lista conterá especificamente a classificação dos candidatos inscritos como portadores de deficiência, respeitados o cargo/nível e área de conhecimento em que se inscreveram.

10.7. O resultado final deste Concurso Público será publicado no Diário Oficial dos Poderes do Estado – Minas Gerais, onde constarão as notas finais dos candidatos aprovados, assim como a classificação por eles obtida.

10.8. O candidato não aprovado será excluído do Concurso Público e não constará da lista de classificação Final.

10.9. Para os candidatos aprovados e não aprovados neste Concurso Público, será disponibilizado as notas das provas para consulta, por meio do CPF e do número de inscrição do candidato, no endereço eletrônico www.ibfc.org.br, após a publicação dos resultados no Diário Oficial dos Poderes do Estado - Minas Gerais.

11. DOS RECURSOS

11.1. Será admitido recurso quanto:

- a) ao indeferimento do pedido de isenção do valor de inscrição;
- b) indeferimento da inscrição;
- c) às questões das Provas Objetivas e aos gabaritos preliminares;
- d) ao resultado preliminar da Prova Objetiva, desde que se refira a erro de cálculo da nota;
- e) à questão da Prova Dissertativa e ao Resultado Preliminar da Prova Dissertativa;
- f) à pontuação atribuída na Avaliação de Títulos;
- g) ao somatório das notas atribuídas nas etapas e classificação dos candidatos no Concurso Público.

h) as decisões proferidas durante o concurso que tenham repercussão na esfera de direitos dos candidatos.

11.2. O prazo para interposição dos recursos será de 2 (dois) dias, no horário das 9 horas do primeiro dia às 17 horas do último dia, ininterruptamente, contados do primeiro dia útil posterior à data de divulgação do ato ou do fato que lhe deu origem, devendo, para tanto, o candidato utilizar o endereço eletrônico www.ibfc.org.br Concurso e seguir as instruções contidas.

11.3. O candidato deverá acessar o endereço eletrônico www.ibfc.org.br e preencher em formulário próprio disponibilizado para recurso, imprimir e enviar ao IBFC, conforme trata o item 11.4.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados diretamente ao IBFC via SEDEX ou correspondência com Aviso de Recebimento (AR), à Av. Dr. José Maciel, 560 - Jd. Maria Rosa - CEP 06763-270 – Taboão da Serra – SP, com o título de RECURSO – FHA.

11.4.1. Apenas serão analisados os recursos recebidos de acordo com os itens 11.3 e 11.4.

11.5. A comprovação do encaminhamento tempestivo do recurso será feita mediante data de envio, sendo rejeitado liminarmente recurso enviado fora do prazo.

11.6. Quanto ao gabarito da Prova Objetiva, o candidato que se sentir prejudicado deverá apresentar individualmente o seu recurso, devidamente fundamentado e com citação da bibliografia.

11.7. Quanto à Prova Dissertativa, o candidato que se sentir prejudicado deverá apresentar individualmente o seu recurso, devidamente fundamentado e com citação bibliográfica.

11.8. Os recursos interpostos fora do respectivo prazo não serão aceitos.

11.9. Os recursos interpostos que não observarem as regras contidas neste edital não serão apreciados.

11.10. Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento referido no item 11.1.

11.11. A interposição dos recursos não obsta o regular andamento do cronograma do Processo Seletivo.

11.12. Não serão aceitos recursos interpostos por fac-símile, telex, telegrama, ou outro meio que não seja o estabelecido neste capítulo.

11.13. O ponto correspondente à anulação de questão da prova Objetiva, em razão do julgamento de recurso será atribuído a todos os candidatos.

11.14. Quando resultar alteração do gabarito da Prova Objetiva, a resposta correta será corrigida de acordo com o gabarito oficial definitivo.

11.15. Caso haja procedência de recurso interposto, poderá eventualmente alterar a classificação inicial obtida pelo candidato para uma classificação superior ou inferior ou ainda poderá ocorrer a desclassificação do candidato que não obtiver nota mínima exigida para aprovação.

11.16. Não serão apreciados os Recursos que forem apresentados:

- a) Em desacordo com as especificações contidas neste capítulo;
- b) Fora do prazo estabelecido;
- c) Sem fundamentação lógica e consistente;
- d) Com argumentação idêntica a outros recursos;
- e) Contra terceiros
- f) recurso interposto em coletivo;
- g) cujo teor despreze a banca examinadora;

11.17. Em hipótese alguma será aceito revisão de recurso, recurso do recurso ou recurso de gabarito final definitivo.

11.18. A banca examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

11.19. Após análise dos recursos, será publicada no Diário Oficial dos Poderes do Estado – Minas Gerais e no endereço eletrônico www.ibfc.org.br a listagem daqueles que forem deferidos procedendo-se, caso necessário, à reclassificação dos candidatos e divulgação de nova lista de aprovados.

11.20. Após análise de todos os recursos interpostos, será publicado o resultado final deste Concurso Público no Diário Oficial dos Poderes do Estado – Minas Gerais e no endereço eletrônico www.ibfc.org.br.

12. DA HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO

12.1. A homologação do Concurso Público será processada por meio de ato da Secretária de Estado de Planejamento e Gestão e da Presidente da Fundação Helen Antipoff, publicado no Diário Oficial dos Poderes do Estado – Minas Gerais.

13. DOS EXAMES MÉDICOS PRÉ-ADMISSIONAIS

13.1 Das Disposições Gerais:

13.1.1. Todos os candidatos nomeados em decorrência de aprovação neste Concurso Público deverão se submeter a Exame Médico Pré-Admissional, sob a responsabilidade da Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional da SEPLAG, em unidade central ou unidades regionais, que concluirá quanto à sua aptidão física e mental para o exercício do cargo.

13.1.2. Para a realização do Exame Médico Pré-Admissional o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Boletim de Inspeção Médica – BIM – devidamente preenchido (frente);
- b) fotocópia da publicação da nomeação;
- c) documento original de identidade, com foto e assinatura;
- d) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF.

13.1.3. Para a realização do Exame Médico Pré-Admissional o candidato deverá apresentar também resultado dos seguintes exames, realizados às suas expensas:

- a) hemograma completo;
- b) contagem de plaquetas;
- c) urina rotina;
- d) glicemia de jejum;
- e) creatinina;

f) laringoscopia indireta com laudo descritivo e videolaringoscopia com laudo, somente para os candidatos ao cargo de Professor de Educação Superior.

13.1.4. Os exames descritos nas alíneas “a” a “f” do item 13.1.3 deste Edital poderão ser realizados em laboratórios de livre escolha do candidato e somente terão validade se realizados dentro de 30 (trinta) dias anteriores à data de marcação do Exame Pré-Admissional.

13.1.5. O material de exame de urina de que trata a alínea “c” item 13.1.3 deste Edital deverá ser colhido no próprio laboratório, devendo esta informação constar do resultado do exame.

13.1.6. O exame descrito na alínea “f” do item 13.1.3 deste Edital somente terá validade se realizado dentro de 90 (noventa) dias anteriores à data de marcação do Exame Pré-Admissional.

13.1.7. Nos resultados dos exames descritos em todas as alíneas do item 13.1.3 deste Edital deverão constar o número de identidade do candidato e a identificação dos profissionais que os realizaram.

13.1.8. Não serão aceitos resultados de exames emitidos pela *Internet* sem assinatura digital, fotocopiados ou por fax.

13.1.9. Os candidatos nomeados para o cargo de Professor de Educação Superior deverão se submeter ao treinamento de saúde vocal, realizado pela Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional da SEPLAG.

13.1.10. No Exame Médico Pré-Admissional todos os candidatos deverão responder ao questionário de antecedentes clínicos.

13.1.11. No Exame Médico Pré-Admissional poderão ser exigidos novos exames e testes complementares que sejam considerados necessários para a conclusão sobre a aptidão física e mental do candidato para exercer o cargo em que foi nomeado.

13.1.12. O candidato que for considerado inapto no Exame Médico Pré-Admissional poderá recorrer da decisão ao Superintendente Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional da SEPLAG, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da data em que se der ciência do resultado da inaptidão ao candidato.

13.1.13. O recurso referido no item 13.1.12 suspende o prazo legal para a posse do candidato.

13.1.14. O candidato considerado inapto no Exame Médico Pré-Admissional estará impedido de tomar posse e terá seu ato de nomeação tornado sem efeito.

13.2. Da Inspeção Médica para caracterização de deficiência:

13.2.1. O candidato inscrito como portador de deficiência, quando nomeado em decorrência de aprovação neste Concurso Público, paralelamente à realização do Exame Médico Pré-Admissional de que trata o item

13.1. deste Edital, será submetido a Inspeção Médica para fins de caracterização de deficiência declarada no momento de inscrição no Concurso Público.

13.2.2. A Inspeção Médica de que trata o item 13.2.1 deste Edital, que será realizada pela Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional da SEPLAG, decidirá sobre a caracterização do candidato como portador de deficiência segundo os critérios dispostos no artigo 4º do Decreto Federal nº. 3.298/1999.

13.2.3. A utilização de material tecnológico de uso habitual não é fator de incompatibilidade com as atribuições dos cargos.

13.2.4. Após realização da Inspeção Médica, a conclusão será formalizada por meio de Certidão de Caracterização de Deficiência.

13.2.5. A Certidão que caracterize o candidato como não portador de deficiência propiciará ao mesmo a oportunidade de recorrer ao Superintendente Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional da SEPLAG, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da data em que a Inspeção Médica der ciência do resultado ao candidato.

13.2.6. Concluindo a Inspeção Médica pela não caracterização de deficiência do candidato para fins de reserva de vagas, o candidato será excluído da lista de classificação específica de portadores de deficiência e permanecerá na lista de classificação da ampla concorrência.

13.3 Da avaliação de candidato portador de deficiência por Equipe Multiprofissional:

13.3.1. O candidato portador de deficiência aprovado neste Concurso Público, quando nomeado e caracterizado como tal na Inspeção Médica de que trata o item 13.2 deste Edital, será submetido a Avaliação para fins de verificação de compatibilidade entre a sua deficiência e as atribuições do cargo em que foi nomeado.

13.3.2. A Avaliação de que trata o item 13.3.1 deste Edital será realizada por Equipe Multiprofissional da Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional da SEPLAG e profissional integrante da carreira para a qual foi nomeado o candidato.

13.3.3. A Equipe Multiprofissional verificará as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição, a natureza das atribuições e tarefas essenciais ao cargo, a viabilidade das condições e acessibilidade, as adequações do ambiente de trabalho na execução das tarefas, a possibilidade de uso de equipamentos ou outros meios que habitualmente utilize, a Classificação Internacional de Doenças (CID) apresentada, e emitirá Parecer fundamentado acerca da compatibilidade da deficiência com as atividades a serem desempenhadas pelo candidato.

13.3.4. A realização da Avaliação prevista no item 13.3.1 deste Edital não dispensa o candidato inscrito como portador de deficiência da realização do Exame Médico Pré-Admissional, previsto no item 13.1 deste Edital.

13.3.5. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições do cargo postulado, o candidato perderá o direito à posse.

14. DO PROVIMENTO DO CARGO – NOMEAÇÃO, POSSE E EXERCÍCIO

14.1. Concluído o Concurso Público e homologado o resultado final, a concretização do ato de nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas ofertadas neste Edital obedecerá à estrita ordem de classificação, ao prazo de validade do concurso e ao cumprimento das disposições legais pertinentes.

14.1.1 A ordem de nomeação dos candidatos portadores de deficiência dar-se-á da seguinte forma: a cada nove candidatos nomeados da lista de ampla concorrência, o décimo a ser nomeado será oriundo da lista dos candidatos portadores de deficiência, independente de sua classificação geral.

14.1.2. A nomeação será direito subjetivo do candidato aprovado dentro do número de vagas ofertadas neste Edital, no prazo de validade do concurso.

14.2. O candidato nomeado deverá se apresentar para posse, às suas expensas, no prazo de 30 dias, conforme estabelecido pelo art. 66 da Lei Estadual nº. 869/1952, sob pena de ter seu ato de nomeação tornado sem efeito.

14.3. O candidato nomeado deverá apresentar obrigatoriamente, no ato da posse:

- a) 02 (duas) fotos 3x4 (recente e colorida);
- b) fotocópia do documento de identidade com fotografia, acompanhada do original;
- c) fotocópia do Título de Eleitor com o comprovante de votação na última eleição, acompanhada do original;
- d) fotocópia do Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF), acompanhada do original;
- e) fotocópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), acompanhada do original (se tiver);
- f) fotocópia de certidão de nascimento ou de casamento;
- g) fotocópia do Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, para candidatos do sexo masculino, acompanhada do original;
- h) fotocópia do comprovante de residência, acompanhada do original;
- i) fotocópia da Certidão de nascimento dos dependentes (filhos menores de 21 anos, solteiros), se for o caso;
- j) Resultado de Inspeção Médica – RIM com conclusão pela aptidão para o cargo;
- k) no caso dos portadores de deficiência amparados pela Lei Estadual nº 11.867/95, Certidão de Caracterização da Deficiência – CADE, emitida pela Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional da SEPLAG;
- l) declaração de que exerce, ou não, outro cargo, emprego ou função pública nos âmbitos federal, estadual e/ou municipal;
- m) declaração de bens atualizada até a data da posse;
- n) Carteira de Trabalho;
- o) cartão de cadastramento no PIS/PASEP;
- q) declaração de próprio punho de não ter sido demitido a bem do serviço público, nos últimos cinco anos, nos termos do Parágrafo Único do art. 259, da Lei Estadual nº. 869/1952;
- r) comprovante de escolaridade exigida para o cargo, nas condições especificadas no item 2.3 deste Edital;
- s) comprovante de registro em órgão de classe, quando, por Lei, for exigido para o exercício das funções do cargo.

14.3.1. O Candidato nomeado será responsabilizado administrativamente por quaisquer informações inverídicas que vier a prestar.

14.4. Estará impedido de tomar posse o candidato que deixar de comprovar qualquer um dos requisitos especificados no item 14.3 deste Edital.

14.5. O candidato que concorrer a cargos cuja habilitação exigida (área de conhecimento) permita cursos por equivalência/similaridade ao exigido deverá apresentar o respectivo histórico escolar.

14.6. Não serão aceitos protocolos dos documentos solicitados e poderão ser exigidos pela FHA, no ato da posse, outros documentos além dos acima relacionados.

14.7. Após tomar posse, o candidato passará à condição de servidor público e deverá entrar em exercício no prazo de 30 dias, conforme estabelecido pelo art. 70 da Lei Estadual nº. 869/1952.

14.8. O candidato que for nomeado na condição de portador de deficiência não poderá arguir ou utilizar essa condição para pleitear ou justificar pedido de relocação, reopção de vaga, alteração de carga horária, alteração de jornada de trabalho e limitação de atribuições para o desempenho da função.

14.9. Durante o período de estágio probatório o servidor não poderá solicitar remoção ou mudança de lotação, sendo desconsiderada qualquer pretensão nesse sentido.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. A SEPLAG, a FHA e o IBFC eximem-se das despesas com viagens e estadia dos candidatos para prestar as provas deste Concurso Público.

15.2. Todas as publicações oficiais referentes ao Concurso Público de que trata este Edital serão feitas no Diário Oficial dos Poderes do Estado – Minas Gerais e providenciadas pela SEPLAG.

15.3. O acompanhamento das publicações, atos complementares, avisos, comunicados e convocações referentes ao Concurso Público é de responsabilidade exclusiva do candidato.

15.4. O candidato deverá consultar o endereço eletrônico do IBFC www.ibfc.org.br frequentemente para verificar as informações que lhe são pertinentes referentes à execução do Concurso Público, até a data de homologação.

15.5. Não serão prestadas, por telefone, informações relativas ao resultado deste Concurso Público.

15.6. A eventual disponibilização de atos nos endereços eletrônicos da SEPLAG, da FHA e do IBFC não isenta o candidato da obrigação de acompanhar as publicações oficiais sobre este Concurso Público.

15.7. Incorporar-se-ão a este Edital, para todos os efeitos, quaisquer atos complementares, avisos, comunicados e convocações, relativos a este Concurso Público, que vierem a ser publicados no Diário Oficial dos Poderes do Estado - Minas Gerais.

15.8. Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação ao candidato, valendo, para esse fim, a publicação no Diário Oficial dos Poderes do Estado – Minas Gerais.

15.9. Os prazos estabelecidos neste Edital são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para o não cumprimento e para a apresentação de documentos após as datas estabelecidas.

15.10. A SEPLAG, a FHA e o IBFC não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes às matérias deste Concurso Público que não sejam oficialmente divulgadas ou por quaisquer informações que estejam em desacordo com o disposto neste Edital.

15.11. Não serão fornecidas provas relativas a concursos anteriores.

15.12. Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital bem como as alterações em dispositivos de lei e atos normativos a ela posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do Concurso.

15.13. Para contagem dos prazos de interposição de recursos, deverá ser observado o disposto no item 11 deste Edital.

15.14. Não serão considerados requerimentos, reclamações, notificações extrajudiciais ou quaisquer outros instrumentos similares, cujo teor seja objeto de recurso apontado neste Edital.

15.15. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Concurso Público, quando constatada a omissão ou declaração falsa de dados ou condições, irregularidade de documentos, ou ainda, irregularidade na realização das provas, com finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação, assegurado ao candidato o contraditório e a ampla defesa, devendo ser observado o disposto no item 15.16.

15.15.1. Comprovada a inexatidão ou irregularidades descritas no item 15.15 deste Edital, o candidato estará sujeito a responder por falsidade ideológica de acordo com o art. 299 do Código Penal.

15.16. Em caso de verificação de incorreção nos dados pessoais (nome, endereço e telefone para contato, data de nascimento) constantes do Formulário Eletrônico de Inscrição, o candidato deverá atualizar suas informações nas seguintes condições:

a) efetuar a atualização dos dados pessoais até o terceiro dia útil após a aplicação das provas objetivas, através do email concurso@ibfc.org.br, digitalizando as documentações para comprovação, ou envio através do fax no telefone (11) 4701.1658.

b) após o prazo estabelecido no item 15.16 “a” e até a homologação deste Concurso Público, efetuar a atualização junto ao IBFC via Sedex ou Aviso de Recebimento (AR), endereçado ao Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação - IBFC – Ref.: Atualização de Dados Cadastrais/FHA-MG – Av. Dr. José Maciel, 560, Taboão da Serra – SP – Cep: 06763-270.

c) após a data de homologação e durante o prazo de validade deste Concurso Público, efetuar a atualização junto à FHA por meio de correspondência registrada, às expensas do candidato, endereçada à Fundação Helena Antipoff - Diretoria de Recursos Humanos – Ref.: Atualização de Dados do Concurso FHA n.º 01/2012 – Avenida São Paulo, n.º 3.996, Bairro Vila Rosário, em Ibirité / MG, CEP: 32400-000).

15.17. A SEPLAG, a FHA e o IBFC não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de:

a) endereço eletrônico errado e/ou desatualizado;

b) endereço residencial desatualizado;

c) endereço residencial de difícil acesso

d) correspondência devolvida pela Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) por razões diversas;

e) correspondência recebida por terceiros.

15.18. As ocorrências não previstas neste Edital, os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos pela Comissão de Concurso da FHA, pela SEPLAG e pelo IBFC, no que a cada um couber.

15.19. Poderão os candidatos valer-se das normas ortográficas vigentes antes ou depois daquelas implementadas pelo Decreto Federal n.º 6.583, de 29 de setembro de 2008, em decorrência do período de transição previsto no art. 2º, parágrafo único da citada norma que estabeleceu acordo ortográfico da Língua Portuguesa.

15.20. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será comunicada em ato complementar ao Edital ou aviso a ser publicado no Diário Oficial dos Poderes do Estado – Minas Gerais.

15.21. Em atendimento à Lei Estadual n.º 19.420, de 11 de janeiro de 2011, que estabelece a política estadual de arquivos, e tendo em vista o disposto no Decreto Estadual 40.187, de 22 de dezembro de 1998, a SEPLAG procederá à guarda de documentos relativos ao concurso, observada a legislação estadual específica.

Belo Horizonte, 25 de junho de 2012.
 RENATA MARIA PAES DE VILHENA
 Secretária de Estado de Planejamento e Gestão
 IRENE DE MELO PINHEIRO
 Presidente da Fundação Helena Antipoff

ANEXO I - QUADRO DE VAGAS

I – Os requisitos para investidura nos cargos são os constantes no item 4 do Edital.

II - O número de vagas reservadas a candidatos portadores de deficiência está contido no total de vagas, conforme item 3.3 deste Edital.

CARGO: TÉCNICO UNIVERSITÁRIO NÍVEL I - GRAU A – 40 HORAS SEMANAIS				
Código do Cargo/Área	Área de Conhecimento	Nível de Escolaridade Exigido para ingresso	N.º de vagas	
			Ampla Concorrência	Reservadas ao Portador de Deficiência
10180188	Administrativo	Nível Médio ou Médio Técnico	9	1
TOTAL DE VAGAS DO CONCURSO			9	

CARGO: ANALISTA UNIVERSITÁRIO - NÍVEL I - GRAU A – 40 HORAS SEMANAIS				
Código do Cargo/Área	Área de Conhecimento	Nível de Escolaridade Exigido para ingresso	N.º de vagas	
			Ampla Concorrência	Reservadas ao Portador de Deficiência
50180188	Pedagogia	Nível Superior em Pedagogia	1	1
50280188	Educação Física	Nível Superior em Educação Física	1	
50380188	Matemática	Nível Superior em Matemática	1	
50480188	Ciências Biológicas	Nível Superior em Ciências Biológicas	1	
50580188	Letras	Nível Superior em Letras	1	
TOTAL DE VAGAS DO CONCURSO			5	

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - NÍVEL I - GRAU A – 20 HORAS SEMANAIS				
Código do Cargo/Área	Área de Conhecimento	Nível de Escolaridade Exigido para ingresso	N.º de vagas	
			Ampla Concorrência	Reservadas ao Portador de Deficiência
60180188	Ciências da Informação	Nível Superior em Ciências da Informação, cumulado com pós-graduação (lato sensu ou stricto sensu) em qualquer área de Ciência da Informação ou em qualquer área da Educação.	4	3
60280188	Educação Física	Nível Superior em Educação Física, cumulado com pós-graduação (lato sensu ou stricto sensu) em qualquer área de Educação Física ou em qualquer área da Educação.	9	
60380188	Matemática	Nível Superior em Matemática, cumulado com pós-graduação (lato sensu ou stricto sensu) em qualquer área de Matemática ou em qualquer área da Educação.	3	
60480188	Física	Nível Superior em Física, cumulado com pós-graduação (lato sensu ou stricto sensu) em qualquer área de física ou em qualquer área de Educação; ou Nível Superior em Matemática, cumulado com pós-graduação (lato sensu ou stricto sensu) em qualquer área de Física.	1	
60580188	Ciências Biológicas (Bioquímica)	Nível Superior em Ciências Biológicas, cumulado com pós-graduação (lato sensu ou stricto sensu) em qualquer área da Biologia ou em qualquer área da Educação.	3	

60680188	Ciências Biológicas (Biologia)	Nível Superior em Ciências Biológicas, cumulado com pós-graduação (lato sensu ou stricto sensu) em qualquer área da Biologia ou em qualquer área da Educação.	1	
60780188	Letras (Linguística)	Nível Superior em Letras, cumulado com pós-graduação (lato sensu ou stricto sensu) em qualquer área de Linguística ou em qualquer área da Educação.	1	
60880188	Letras (Literatura)	Nível Superior em Letras, cumulado com pós-graduação (lato sensu ou stricto sensu) em qualquer área de Literatura ou em qualquer área da Educação.	3	
TOTAL DE VAGAS DO CONCURSO			25	

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - NÍVEL I - GRAU A – 40 HORAS SEMANAIS				
Código do Cargo/Área	Área de Conhecimento	Nível de Escolaridade Exigido para ingresso	N.º de vagas	
			Ampla Concorrência	Reservadas ao Portador de Deficiência
70180188	Psicologia	Nível Superior em Psicologia, cumulado com pós-graduação (lato sensu ou stricto sensu) em qualquer área de Psicologia ou em qualquer área da Educação.	3	3
70280188	Filosofia	Nível Superior em Filosofia, cumulado com pós-graduação (lato sensu ou stricto sensu) em qualquer área de Filosofia ou em qualquer área da Educação.	3	
70380188	História	Nível Superior em História, cumulado com pós-graduação (lato sensu ou stricto sensu) em qualquer área de História ou em qualquer área da Educação.	3	
70480188	Arte	Nível Superior em Arte, cumulado com pós-graduação (lato sensu ou stricto sensu) em qualquer área de Arte ou em qualquer área da Educação.	1	
70580188	Pedagogia	Nível Superior em Pedagogia, cumulado com pós-graduação (lato sensu ou stricto sensu) em qualquer área de Pedagogia ou em qualquer área da Educação.	6	
70680188	Educação Física	Nível Superior em Educação Física, cumulado com pós-graduação (lato sensu ou stricto sensu) em qualquer área da Educação Física ou em qualquer área da Educação.	1	
70780188	Matemática	Nível Superior em Matemática, cumulado com pós-graduação (lato sensu ou stricto sensu) em qualquer área da Matemática ou em qualquer área da Educação.	3	
70880188	Ciências Biológicas	Nível Superior em Ciências Biológicas, cumulado com pós-graduação (lato sensu ou stricto sensu) em qualquer área das Ciências Biológicas ou em qualquer área da Educação.	1	
70980188	Letras (Habilitação em Língua Inglesa)	Nível Superior em Letras, com habilitação em Língua Inglesa, cumulado em pós-graduação (lato sensu ou stricto sensu) em qualquer área de Letras ou em qualquer área da Educação.	4	
TOTAL DE VAGAS DO CONCURSO			25	

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - NÍVEL IV - GRAU A – 20 HORAS SEMANAIS				
Código do Cargo/Área	Área de Conhecimento	Nível de Escolaridade Exigido para ingresso	N.º de vagas	
			Ampla Concorrência	Reservadas ao Portador de Deficiência
80180188	Sociologia	Nível Superior em Sociologia, cumulado com pós-graduação (stricto sensu) em Ciências Sociais ou em Educação.	5	3
80280188	Educação Física	Nível Superior em Educação Física, cumulado com pós-graduação (stricto sensu) em Educação Física ou em Educação.	5	
80380188	Matemática	Nível Superior em Matemática, cumulado com pós-graduação (stricto sensu) em Matemática ou em Educação.	3	
80480188	Ciências Biológicas (Biologia)	Nível Superior em Ciências Biológicas, cumulado com pós-graduação (stricto sensu) em Ciências Biológicas ou em Educação.	3	
80580188	Ciências Biológicas (Educação Ambiental)	Nível Superior em Ciências Biológicas, cumulado com pós-graduação (stricto sensu) em Ciências Biológicas ou em Educação.	2	

80680188	Letras (Literatura)	Nível Superior em Letras, cumulado com pós-graduação (stricto sensu) em Literatura ou em Educação.	5	
80780188	Letras (Linguística)	Nível Superior em Letras, cumulado com pós-graduação (stricto sensu) em Linguística ou em Educação.	2	
TOTAL DE VAGAS DO CONCURSO			25	

ANEXO II - QUADRO DE PROVAS

TECNICO UNIVERSITÁRIO – NÍVEL I – GRAU A – 40 HORAS SEMANAIS				
PROVAS	DISCIPLINAS	Nº. DE QUESTÕES	VALOR DAS QUESTÕES	PONTUAÇÃO MÍNIMA PARA APROVAÇÃO
Conhecimentos Gerais (Prova I)	Língua Portuguesa	10	1,0 (um) ponto	18 (dezoito) pontos
	Raciocínio Lógico	10		
	Conhecimentos de Informática	10		
Conhecimentos Específicos (Prova II)	Conhecimentos em Biblioteconomia	15	1,0 (um) ponto	18 (dezoito) pontos
	Conhecimentos em Secretariado Acadêmico	15		
PONTUAÇÃO MÁXIMA DA PROVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA: 60 (SESSENTA) PONTOS				

ANALISTA UNIVERSITÁRIO – NÍVEL I – GRAU A – 40 HORAS SEMANAIS					
PROVAS	ÁREA	DISCIPLINAS	Nº. DE QUESTÕES	VALOR DAS QUESTÕES	PONTUAÇÃO MÍNIMA PARA APROVAÇÃO
Conhecimentos Gerais (Prova I)	Todas as áreas	Língua Portuguesa	10	1,0 (um) ponto	18 (dezoito) pontos
		Didática Geral e Conhecimentos em Educação	10		
		Legislação Aplicada a Administração Pública	10		
Conhecimentos Específicos (Prova II)	Pedagogia	Pedagogia de Projetos	10	1,0 (um) ponto	18 (dezoito) pontos
		Formação Docente	10		
		Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia	10		
	Educação Física	Educação Física Escolar	10	1,0 (um) ponto	18 (dezoito) pontos
		Prática de Formação Docente	10		
		Diretrizes Curriculares do Curso de Educação Física	10		
	Matemática	Conhecimentos de Educação em Matemática	10	1,0 (um) ponto	18 (dezoito) pontos
		História e Conteúdos da Matemática na Educação Básica	10		
		Diretrizes Curriculares do Curso de Matemática	10		
	Ciências Biológicas	Conhecimentos da Biologia Vegetal e Animal	10	1,0 (um) ponto	18 (dezoito) pontos
		Conhecimento em Educação Ambiental	10		
		Diretrizes Curriculares do Curso de Ciências Biológicas	10		
	Letras	Conhecimento em Literatura Brasileira	05	1,0 (um) ponto	18 (dezoito) pontos
		Conhecimento em Língua Portuguesa	10		
		Conhecimento em Literatura e Língua Inglesa	05		
		Diretrizes Curriculares do Curso de Letras	10		
PONTUAÇÃO MÁXIMA DA PROVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA: 60 (SESSENTA) PONTOS					

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – NÍVEL I – GRAU A – 20 HORAS SEMANAIS					
PROVAS	ÁREA	DISCIPLINAS	Nº. DE QUESTÕES	VALOR DAS QUESTÕES	PONTUAÇÃO MÍNIMA PARA APROVAÇÃO
Conhecimentos Gerais (Prova I)	Todas as áreas	Língua Portuguesa	10	1,0 (um) ponto	18 (dezoito) pontos
		Didática Geral	10		
		Conhecimento em Educação	10		
Conhecimentos Específicos (Prova II)	Ciência da Informação	Informática Aplicada à Educação	30	1,0 (um) ponto	18 (dezoito) pontos
	Educação Física	História da Educação Física	10	1,0 (um) ponto	18 (dezoito) pontos
		Educação Física Escolar e Inclusiva	10		
		Esporte, Ginástica, Dança e Movimentos Expressivos, Jogos e Brincadeiras	10		
	Matemática	Conhecimentos Matemáticos	10	1,0 (um) ponto	18 (dezoito) pontos
		Geometria	10		
		Cálculos e Funções	10		
	Física	Fundamentação Teórica e Experimental da Física	10	1,0 (um) ponto	18 (dezoito) pontos
		Conhecimentos de Física aplicada a Matemática e a Ciências Biológicas	10		
		Informática no Ensino de Física	10		
	Ciências Biológicas (Bioquímica)	Bioquímica	6	1,0 (um) ponto	18 (dezoito) pontos
		Química	6		
		Imunologia	6		
		Microbiologia	6		
		Biologia Molecular	6		
	Ciências Biológicas (Biologia)	Biologia das Criptógamas	10	1,0 (um) ponto	18 (dezoito) pontos
		Biologia das Faneorógamas	10		
		Fisiologia dos Vegetais	10		
	Letras (Linguística)	Língua Latina	10	1,0 (um) ponto	18 (dezoito) pontos
		Literatura Greco-Latina	10		
Filologia Românica		10			
Letras (Literatura)	Teoria Literária	10	1,0 (um) ponto	18 (dezoito) pontos	
	Literatura Brasileira	10			
	Literatura Portuguesa	5			
	Literatura Infante Juvenil	5			
PONTUAÇÃO MÁXIMA DA PROVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA: 60 (SESSENTA) PONTOS					

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – NÍVEL I – GRAU A – 40 HORAS SEMANAIS					
PROVAS	ÁREA	DISCIPLINAS	Nº. DE QUESTÕES	VALOR DAS QUESTÕES	PONTUAÇÃO MÍNIMA PARA APROVAÇÃO
Conhecimentos Gerais (Prova I)	Todas as áreas	Língua Portuguesa	10	1,0 (um) ponto	18 (dezoito) pontos
		Didática Geral	10		
		Conhecimento em Educação	10		
Conhecimentos Específicos (Prova II)	Psicologia	Psicologia da Educação	15	1,0 (um) ponto	18 (dezoito) pontos
		Educação Inclusiva	15		
	Filosofia	Filosofia da Educação	30	1,0 (um) ponto	18 (dezoito) pontos
	História	História da Educação	10	1,0 (um) ponto	18 (dezoito) pontos
		História da Cultura Afro Brasileira	10		
		Conhecimentos Metodológicos do Conteúdo de História e Geografia	10		
	Arte	Arte e Educação	15	1,0	18 (dezoito)

		Conhecimentos Metodológicos do Conteúdo de Artes	15	(um) ponto	pontos
Pedagogia		Organização da Educação Infantil	15	1,0 (um) ponto	18 (dezoito) pontos
		História da Evolução Infantil	15		
Educação Física		Lutas e Capoeira	15	1,0 (um) ponto	18 (dezoito) pontos
		Práticas Pedagógicas de Formação em Educação Física	15		
Matemática		Conhecimentos Matemáticos	10	1,0 (um) ponto	18 (dezoito) pontos
		Fundamentos Históricos e Científicos da Matemática	10		
		Metodologia e Informática aplicada a Prática de Ensino da Matemática	10		
Ciências Biológicas		Geologia	15	1,0 (um) ponto	18 (dezoito) pontos
		Paleontologia	15		
Letras (Habilitação em Língua Inglesa)		Língua Inglesa	10	1,0 (um) ponto	18 (dezoito) pontos
		Processo de Recepção e Produção de Texto em Inglês	10		
		Didática Aplicada ao Ensino da Língua Inglesa	10		
PONTUAÇÃO MÁXIMA DA PROVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA: 60 (SESSENTA) PONTOS					

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – NÍVEL IV – GRAU A – 20 HORAS SEMANAIS						
PROVAS	ÁREA	DISCIPLINAS	Nº. DE QUESTÕES	VALOR DAS QUESTÕES	PONTUAÇÃO MÍNIMA PARA APROVAÇÃO	
Conhecimentos Gerais (Prova I)	Todas as áreas	Língua Portuguesa	10	1,0 (um) ponto	18 (dezoito) pontos	
		Didática Geral	10			
		Conhecimento em Educação	10			
Conhecimentos Específicos (Prova II)	Sociologia	Sociologia da Educação	10	1,0 (um) ponto	18 (dezoito) pontos	
		Antropologia da Educação	10			
		Pluralidade Cultural	10			
	Educação Física		Anatomia e Fisiologia Básica e Aplicada	10	1,0 (um) ponto	18 (dezoito) pontos
			Cinesiologia e Primeiros Socorros	10		
			Esportes Coletivos e Individuais	10		
	Matemática		Álgebra	10	1,0 (um) ponto	18 (dezoito) pontos
			Trigonometria e Análise Combinatória	10		
			Informática e Metodologia aplicada a Matemática	10		
	Ciências Biológicas (Biologia)		Anatomia e Fisiologia Básica	10	1,0 (um) ponto	18 (dezoito) pontos
			Citologia, Histologia e embriologia	10		
			Saúde Pública	10		
	Ciências Biológicas (Educação Ambiental)		Ecologia	10	1,0 (um) ponto	18 (dezoito) pontos
			Zoologia	10		
			Educação Ambiental	10		
	Letras (Literatura)		Leitura	10	1,0 (um) ponto	18 (dezoito) pontos
			Construção Textual	10		
			Metodologia do conteúdo de Língua Portuguesa	10		
	Letras (Linguística)		Sintaxe, Estilística e Semântica	10	1,0 (um) ponto	18 (dezoito) pontos
			Fundamentos da Linguística	10		
			Linguística Aplicada a Língua Portuguesa	5		
Morfossintaxe			5			
PONTUAÇÃO MÁXIMA DA PROVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA: 60 (SESSENTA) PONTOS						

I – Modelo de requerimento de prova especial ou de condições especiais, conforme solicitado no item 6.8, alínea “b” deste Edital.

<p>GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS EDITAL SEPLAG/FHA Nº. 01/2012, 25 de junho de 2012</p>	
<p>Eu, _____,</p>	
<p>Inscrição nº _____ e CPF. nº _____, venho requerer para o Concurso Público da FHA para o cargo de: _____:</p>	
<p>() – Prova em Braile () – Prova Ampliada () – Prova com Ledor () – Prova com Interprete de Libras () – Outros: _____</p>	
<p>Em ____/____/2012</p>	
<p>_____</p> <p>Assinatura do candidato (a)</p>	
<p>Obs.: O laudo médico e a solicitação de prova especial ou condição especial (se for o caso) deverão ser postados até o dia 29 de agosto de 2012.</p>	

ANEXO IV - AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

I – Valores atribuídos a Títulos, conforme item 9 deste Edital.

II – Os Títulos de Formação Acadêmica e os Títulos de Experiência Profissional receberão pontuação conforme especificações contidas nas tabelas a seguir:

CARGO: Técnico Universitário - Nível I – Grau A				
DISCRIMINAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR MÁXIMO	COMPROVAÇÃO
Curso superior	1	1	1	Diploma de curso superior, em qualquer área de conhecimento.

CARGO: Analista Universitário – Nível I – Grau A				
DISCRIMINAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR MÁXIMO	COMPROVANTE
Especialização	1	1	1	Certificado de conclusão de pós-graduação <i>latu sensu</i> , em qualquer área do conhecimento, acompanhado do histórico escolar ou certidão/declaração de conclusão de pós-graduação <i>latu sensu</i> acompanhada do histórico escolar, concluída em Instituição de Ensino Superior.
Mestrado	2	1	2	Diploma de mestrado, em qualquer área do conhecimento, acompanhado do histórico escolar ou certidão/declaração de conclusão do curso de mestrado acompanhada do histórico escolar e ata da defesa da dissertação, acompanhada de declaração do coordenador do curso.
Doutorado	3	1	3	Diploma de doutorado, em qualquer área do conhecimento, acompanhado do histórico escolar ou certidão/declaração de conclusão do curso de mestrado acompanhada do histórico escolar e ata da defesa da tese, acompanhada de declaração do coordenador do curso.

CARGO: Professor de Educação Superior – Nível I – Grau A				
DISCRIMINAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR MÁXIMO	COMPROVANTE

Mestrado	1	1	1	Diploma de mestrado, em qualquer área do conhecimento, acompanhado do histórico escolar ou certidão/declaração de conclusão do curso de mestrado acompanhada do histórico escolar e ata da defesa da dissertação, acompanhada de declaração do coordenador do curso.
Doutorado	2	1	2	Diploma de doutorado, em qualquer área do conhecimento, acompanhado do histórico escolar ou certidão/declaração de conclusão do curso de mestrado acompanhada do histórico escolar e ata da defesa da tese, acompanhada de declaração do coordenador do curso.
Tempo de efetivo exercício de atividades profissionais de nível superior, correspondentes ao cargo e área de atuação para a qual se inscreveu em estabelecimentos privados ou públicos (federais, estaduais, municipais) computados em 30 dias completos de exercício sem sobreposição de tempo.	0,025 (por mês)	120 meses	3	De acordo com o item 9 deste Edital

CARGO: Professor de Educação Superior – Nível IV – Grau A				
DISCRIMINAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR MÁXIMO	COMPROVANTE
Doutorado	2	1	2	Diploma de doutorado, em qualquer área do conhecimento, acompanhado do histórico escolar ou certidão/declaração de conclusão do curso de mestrado acompanhada do histórico escolar e ata da defesa da tese, acompanhada de declaração do coordenador do curso.
Tempo de efetivo exercício de atividades profissionais de nível superior, correspondentes ao cargo e área de atuação para a qual se inscreveu em estabelecimentos privados ou públicos (federais, estaduais, municipais) computados em 30 dias completos de exercício sem sobreposição de tempo.	0,025 (por mês)	120 meses	3	De acordo com o item 9 deste Edital

**ANEXO V - REFERÊNCIAS DE ESTUDO
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS**

NÍVEL MÉDIO

TECNICO UNIVERSITÁRIO – NÍVEL I – GRAU A – 40 horas semanais	
REFERÊNCIAS DE ESTUDO	BIBLIOGRAFIA SUGERIDA
LÍNGUA PORTUGUESA Procedimentos de Leitura, Localizar uma informação apresentada pelo texto e identificar seu sentido global. Saber o sentido de uma palavra ou expressão, por meio da construção de inferências, além perceber a intenção de um autor e distinguir entre um fato e uma opinião. Compreensão do texto: implicações do suporte, do gênero e/ou do enunciador. Interpretar textos que associam linguagem verbal e não verbal ou simplesmente textos não verbais. Reconhecer diversos gêneros textuais, identificando a função desses textos na sociedade. Relação entre textos Reconhecer posições distintas entre duas ou mais opiniões relativas ao mesmo fato ou ao mesmo tema. Reconhecer	CHARTIER, R. (Org). Práticas da Leitura. 2ª. ed., São Paulo: Estação Liberdade, 2001. COLOMER, T.; CAMPS, Anna. Ensinar a ler, Ensinar e compreender. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002. DELL'ISOLA, R. L. P.. Leitura: inferências e contexto sociocultural. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001. COSTA V., Maria da Graça. Redação e Textualidade. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. KAUFMAN, Â. M.; RODRIGUEZ, M. E.. Leitura, Escola e Produção de Textos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. KLEIMAN, Â.. Texto e Leitor, aspectos cognitivos da leitura. Campinas, SP: Pontes, 1998.

<p>diferentes formas de abordar uma informação ao comparar textos que tratam do mesmo tema. Coerência e coesão no processamento do texto. Reconhecer relações lógico-discursivas presentes no texto, marcadas por conjunções, advérbios etc. Estabelecer relações entre elementos e partes do texto considerando: causa/consequência, mecanismos de concordância verbal e nominal repetições ou substituições que contribuem para sua continuidade. Identificar a tese do texto e estabelecer suas relações com os argumentos de sustentação. Diferenciar as partes principais e secundárias em um texto.</p> <p>Relações entre recursos expressivos e efeitos de sentido. Identificar efeitos e ironia ou humor nos textos. Reconhecer efeito de sentido decorrente da escolha de palavras ou expressões, do uso de pontuação e outras notações, de recursos ortográficos e morfossintáticos. Variação linguística. Identificar marcas linguísticas que evidenciam o locutor e o interlocutor de um texto.</p>	<p>LIMA, Prof. Oliveira. Redação para Concursos – aprenda fazendo. 2 ed. Brasília, DF: Vestcon, 1995.</p> <p>SAVIOLI, Francisco Platão; FIORIN, José Luiz. Lições de texto: leitura e redação. 4 ed. São Paulo, SP: Ática, 1999.</p>
<p>RACIOCÍNIO LÓGICO Espaço e Forma. Localizar objetos em representações do espaço. Identificar figuras geométricas e suas propriedades. Reconhecer transformações no plano. Aplicar relações e propriedades. Grandezas e Medidas. Utilizar sistemas de medidas. Medir grandezas. Estimar e comparar grandezas. Números, Operações e Álgebra. Conhecer e utilizar números. Realizar e aplicar operações. Utilizar procedimentos algébricos. Tratamento da Informação. Ler, utilizar e interpretar informações apresentadas em tabelas e gráficos. Utilizar procedimentos de combinatória e probabilidade.</p>	<p>COLL, César & TEBEROSKY, Ana. Aprendendo Matemática: conteúdos essenciais para o ensino fundamental de 1ª a 4ª séries. São Paulo: Ática, 2000.</p> <p>FONSECA, Maria da Conceição F.R. <i>et al.</i> O ensino de Geometria na Escola Fundamental: três questões para a formação do professor dos ciclos iniciais. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.</p> <p>IMENES, Luiz Márcio <i>et al.</i> Geometria. Coleção Pra que serve Matemática? São Paulo: Atual, 1995.</p> <p>CENTURIÓN, Marília. Números e operações. São Paulo: Scipione. 1997.</p> <p>DOLCE, Osvaldo ; POMPEO, José Nicolau. Fundamentos da Matemática Elementar, 9: Geometria Plana. 7.ed. São Paulo: Atual, 1993.</p> <p>WAGNER, Eduardo. Construções Geométricas. 4.ed. Rio de Janeiro: SBM</p>
<p>CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA Introdução Informática: aplicação das novas tecnologias. Programas e Software Educacionais: leitura e interpretação crítica do seu uso na educação.</p>	<p>CASTELLS, Manuel. A Sociedade em rede. A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.</p> <p>CHARTIER, Roger. A aventura do livro: do leitor ao navegador. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.</p> <p>FEITOSA, Samya Tajra. Informática na Educação: Professor na atualidade. São Paulo: Érica, 1998</p> <p>LÉVI, Pierre. As tecnologias da inteligência: O futuro do pensamento na era da informática. São Paulo: Editora 34, 1993.</p> <p>LITWIN, Edith. Tecnologia Educacional: Política, histórias e propostas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.</p> <p>OLIVEIRA, Celina Couto de. Ambientes informatizados de aprendizagem: Produção e avaliação de software educativo. Campinas, SP: Papyrus Editora, 1998.</p>
<p>CONHECIMENTOS EM BIBLIOTECONOMIA Introdução ao estudo da biblioteconomia e da informação. O bibliotecário e a socialização do conhecimento. Utilização das tecnologias da informatização e comunicação de apoio ao trabalho bibliotecário.</p>	<p>ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. Planejamento de bibliotecas e serviços de informação. 2. ed., rev. e ampl. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2005. 144 p.</p> <p>MACIEL, A. C. Instrumentos para gerenciamento de bibliotecas. Niterói, RJ: EDUFF, 1995. 86 p.</p> <p>BOGHI, C. ; SHITSUKA, R. . Sistema de Informação um enfoque dinâmico. 3. ed. São Paulo: Editora Érica, 2008.</p> <p>BATISTA, E. de O. Sistemas de Informação: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento. São. Paulo: Saraiva, 2006. 282p.</p>
<p>CONHECIMENTOS EM SECRETARIADO ACADÊMICO Noções gerais de atividades de secretária acadêmica, gestão de secretaria, correspondência e reunião. Utilização das tecnologias da informatização e comunicação de apoio ao trabalho acadêmico.</p>	<p>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.</p> <p>BRASIL. São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.</p> <p>BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação: 9394/96. Rio de Janeiro: Ed. esplanada, 1998.</p> <p>BRASIL. Ministério Educação. Secretaria de Educação Básica. Funcionários de Escola: cidadãos, educadores, profissionais e gestores/elaborador: João Antonio Cabral Monlevade – Brasília: Universidade de Brasília, centro de Educação a distância, 2005.</p>

NÍVEL SUPERIOR

ANALISTA UNIVERSITÁRIO – NÍVEL I – GRAU A – 40 HORAS SEMANAIS	
CONHECIMENTOS GERAIS – COMUM A TODAS AS ÁREAS	
REFERÊNCIAS DE ESTUDO	BIBLIOGRAFIA SUGERIDA
<p>LÍNGUA PORTUGUESA Leitura e produção de textos: Produção da leitura. Variação lingüística. Relações entre oralidade e escrita. Gêneros textuais (modalidade de textos e aspectos funcionais). Fundamentos de textualidade (noção de texto, intertextualidade, coerência e coesão textuais). Tipologia textual (descrição, narração e estratégias de argumentação).</p>	<p>ANDRADE, Maria Margarida de ; HENRIQUES, Antonio. Língua Portuguesa Noções Básicas para Cursos Superiores. 7 ed., São Paulo: Atlas, 2004.COSTA VAL, Maria da Graça. Redação e Textualidade. 2 ed., São Paulo: Martins Fontes, 1999.KAUFMAN, Ana Maria; RODRIGUEZ, Maria Elena. Leitura, escola Produção de textos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.KLEIMAN, Ângela. Texto e Leitor, aspectos cognitivos da leitura. Campinas, SP: Pontes,1998.SAVIOLI, Francisco Platão; FIORIN, José Luiz. Para Entender o texto leitura e redação. 5 ed. São Paulo, SP: Ática, 1997.SAVIOLI, Francisco Platão; FIORIN, José Luiz . Lições de texto: leitura e redação. 4 ed. São Paulo, SP: Ática, 1999.</p>
<p>DIDÁTICA GERAL E CONHECIMENTOS EM EDUCAÇÃO Teorias pedagógicas, princípios metodológicos e recursos de ensino-aprendizagem. Projeto Político e estratégias de intervenção em instituições educativas. Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº9.394/96 Parâmetros curriculares Nacionais Ensino Fundamental e Médio. Ética na Educação Pública.</p>	<p>CASTRO, Amélia Domingues de. Et al - Ensinar a ensinar: Didática para a Escola Fundamental e Média, São Paulo Pioneira/Tompson Learning/2001. LIBÂNIO, José Carlos. Didática. São Paulo. Cortez/1992 (Coleção magistério - 2 Grau. Série formação do professor). VASCONCELOS, Celso S. Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político - <i>Pedagógico elementos metodológicos para elaboração e realização</i> - 5. Ed. São Paulo. Libertad 1999 (cadernos Pedagógicos do Libertad; v. 1) GANDIM, Danilo et al. Temas para um projeto pedagógico. Petrópolis, Ed. Vozes, 2002. LDB nº9.394/96 PCN- Ensino Fundamental e Médio Decreto nº43.673/2003</p>
<p>LEGISLAÇÃO APLICADA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA Legislação aplicada a administração pública; LDB – Lei 9394/96; Constituição Federal; Lei 896/52 – Estatuto dos funcionários públicos civis do estado de Minas Gerais; Estatuto da Criança e do Adolescente; Direito da Mulher; Estatuto do Idoso; Educação Inclusiva.</p>	

ANALISTA UNIVERSITÁRIO – NÍVEL I – GRAU A – 40 HORAS SEMANAIS	
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PEDAGOGIA	
REFERÊNCIAS DE ESTUDO	BIBLIOGRAFIA SUGERIDA
<p>PEDAGOGIA DE PROJETOS Elaboração, execução e avaliação do processo ensino-aprendizagem. Abordagens teóricas da avaliação educacional: conceito, instrumentos e estratégias. Pedagogia de Projetos. Constituição e representações históricas da profissão docente: trajetórias, práticas educativas e identidade profissional. A profissão, formação, atuação, lutas, conquistas e desafios dos professores na contemporaneidade. O cotidiano e a cultura escolar: influências nas práticas e ações dos sujeitos.</p>	<p>ANDRÉ, Marli E. D. A. de. Avaliação escolar: além da meritocracia e do fracasso. In: Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n 99, nov. 1996, p. 16-20. COLL, César e outros. Os conteúdos na Reforma. Porto Alegre, Artes Médicas, 2000. HERNÁNDEZ, Fernando. Transgressão e mudança na Educação: Os projetos de trabalho. Porto Alegre, ArtMed, 1998. OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). Gestão Democrática da Educação: <i>Desafios contemporâneos. Petrópolis, Ed. Vozes, :</i> ALMEIDA, Jane Soares. Mulher e Educação: a paixão pelo possível. São Paulo: UNESP, 1998. BUENO, Belmira Oliveira, CATANI, Denise Bárbara, SOUZA, Cynthia Pereira (orgs) A vida e ofício dos professores: formação contínua, autobiografia e pesquisa em colaboração. São Paulo: Escrituras, 1998. CANDAUI, Vera Lúcia (org). Magistério: Construção cotidiana. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1977. p. 237-250.</p>
<p>FORMAÇÃO DOCENTE Constituição e representações históricas da profissão docente: trajetórias, práticas educativas e identidade profissional. A profissão, formação, atuação, lutas, conquistas e desafios dos professores na contemporaneidade. O cotidiano e</p>	<p>ALMEIDA, Jane Soares. Mulher e Educação: a paixão pelo possível. São Paulo: UNESP, 1998. BUENO, Belmira Oliveira, CATANI, Denise Bárbara, SOUZA, Cynthia Pereira (orgs) A vida e ofício dos professores: formação contínua, autobiografia e pesquisa em colaboração. São Paulo: Escrituras, 1998. CANDAUI, Vera Lúcia (org). Magistério: Construção cotidiana. Petrópolis, Rio</p>

a cultura escolar: influências nas práticas e ações dos sujeitos.	de Janeiro: Vozes, 1977. p. 237-250.
DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO DE PEDAGOGIA Lei de Diretrizes e Bases, Diretrizes curriculares nacionais para curso de graduação em Pedagogia. Referência: Resolução do Conselho Nacional de educação Nº 01 15/05/2006.	

ANALISTA UNIVERSITÁRIO – NÍVEL I – GRAU A – 40 HORAS SEMANAIS	
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - EDUCAÇÃO FÍSICA	
REFERÊNCIAS DE ESTUDO	BIBLIOGRAFIA SUGERIDA
EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR A importância da Educação Física na escola. A Educação Física como componente curricular frente as outras disciplinas. Abordagens metodológicas: Educação Física desenvolvimentista; Educação Física construtivista; Iniciação Esportiva Universal. Relação entre o ensino da educação física e os sujeitos escolares nas diferentes faixas etárias.	COLETIVO DE AUTORES. Metodologia de ensino da educação física. São Paulo: Cortez. 1992. DAYRELL, J. Múltiplos olhares. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 1999. DAOLIO, Jocimar. Da cultura do corpo. Campinas: Papirus. 1995.
PRÁTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE Análise da construção histórica do processo de formação inicial do professor de Educação Física para atuar na educação básica.. A escola como <i>locus</i> significativo no processo de construção da identidade docente. Desenvolvimento de atitude investigativa no contato com a realidade escolar.	OLIVEIRA, I. B. Pesquisa no/do cotidiano das escolas. Sobre rede de saberes. Rio de Janeiro: DP&A. 2001. RIBEIRO, M. L. S. A formação Política do professor de 1º e 2º graus. 4ª ed. Campinas: São Paulo: Autores associados, 2002.
DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA Lei de Diretrizes e Bases Diretrizes curriculares nacionais do Conselho nacional de Educação. Resolução Nº 7 de 31/03/2004. Parecer 274/2011. Ministério da Educação- Conselho Nacional de Educação.	

ANALISTA UNIVERSITÁRIO – NÍVEL I – GRAU A – 40 HORAS SEMANAIS	
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - MATEMÁTICA	
REFERÊNCIAS DE ESTUDO	BIBLIOGRAFIA SUGERIDA
CONHECIMENTOS DE EDUCAÇÃO EM MATEMÁTICA Conhecimentos de Educação em matemática e História e Conteúdos da matemática na Educação Básica. Proporcionar uma visão histórica do desenvolvimento do conhecimento científico inserido em um contexto sócio-cultural. A Matemática vista como uma ciência que também desenvolveu subordinada às necessidades sociais e que sofre influência da vida social. Discutir as conseqüências metodológicas desta visão, para o ensino da Matemática. Discutir: como a História da Matemática pode ajudar no ensino e aprendizagem.	CARAÇA, Bento de Jesus. Conceitos Fundamentais da Matemática. Lisboa, Portugal: Gradiva publicações Ltda. COLEÇÃO. Tópicos de História da Matemática para uso em sala de aula. São Paulo, Atual Editora, 6 volumes. EVES, Howard. Introdução à História da Matemática, Campinas, S. P., Editora Unicamp, 2004. GUELLI, Oscar. Coleção Contando a História da Matemática, São Paulo, Editora Ática, 7 SINGH, Simon. O Último Teorema de Fermat. Rio de Janeiro, Editora Record, 2004. CASTRO, Francisco de Oliveira. A Matemática no Brasil. Campinas,S.P. Editora Unicamp,1992. SILVA, Clóvis Pereira da. A Matemática no Brasil: história de seu desenvolvimento,S.P., Editora Edgard Blucher, 2003.
HISTÓRIA E CONTEÚDOS DA MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA Fundamentos da aritmética e álgebra, geometria, desenho geométrico, funções, trigonometria, análise combinatória e probabilidade e matemática comercial e financeira.	GUELLI, O. Contando a História da Matemática. São Paulo: Atual. IEZZI, G. Fundamentos de Matemática Elementar, vol. 6. São Paulo: Atual, 1985. DOLCE, Osvaldo ; POMPEO, José Nicolau. Fundamentos da Matemática Elementar, 9: Geometria Plana. 7.ed. São Paulo: Atual, 1993. WAGNER, Eduardo. Construções Geométricas.4.ed. Rio de Janeiro: SBM, MATHIAS, W.F.; GOMES, J.M. Matemática Financeira: com mais de 600 exercícios resolvidos e propostos. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2004
DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO DE MATEMÁTICA Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, Diretrizes Curriculares nacionais dos Cursos de	

Matemática, CNE – Parecer – 1302/2001, Resolução do CNE Nº 3/02/2003.	
---	--

ANALISTA UNIVERSITÁRIO – NÍVEL I – GRAU A – 40 HORAS SEMANAIS	
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	
REFERÊNCIAS DE ESTUDO	BIBLIOGRAFIA SUGERIDA
CONHECIMENTOS DA BIOLOGIA VEGETAL E ANIMAL Biologia das criptógamas, Biologia das Fanerógamas, Fisiologia vegetal.	JOLY,A.B.Botânica: Introdução à taxonomia vegetal.São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.777p MODESTO,Z.M.M. Botânica CEB. São Paulo. ED. Ed.EPU, 1981 FERRI, M. G. Botânica, morfologia externa das plantas. 1962. Melhoramentos: São Paulo. MODESTO, Z. M. M.; SIQUEIRA, N. Z. Botânica. 1981. CEB. EPU.: São Paulo.
CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL A educação ambiental não deve ser vista apenas como um complemento do estudo das relações ecológicas e sim uma reflexão sobre a relação homem/ambiente nos mais diversos aspectos.	LEFF, E. Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade e Poder. 3. ed. Rio de Janeiro: VOZES, 2001. ODUM, E.P. Ecologia. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988. 434p.
DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Ciências Biológicas, Conselho Nacional de Educação: Parecer Nº1301/2001. Resolução Nº 07 de 11/03/2002.	

ANALISTA UNIVERSITÁRIO – NÍVEL I – GRAU A – 40 HORAS SEMANAIS	
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - LETRAS	
REFERÊNCIAS DE ESTUDO	BIBLIOGRAFIA SUGERIDA
CONHECIMENTO EM LITERATURA BRASILEIRA Conceito e funções da literatura. Os gêneros literários e sua fundamentação. A periodização literária. Os elementos estruturais do Poema: elementos sonoros, visuais e semânticos. A linguagem figurada.	AGUIAR E SILVA, Vitor Manuel. <i>Teoria da Literatura</i> . Coimbra: Livraria Almedina, 1985. GOLDSTEIN, Norma. <i>Versos, sons, ritmos</i> . São Paulo: Ática, 1990. HELENA, Lúcia. <i>Modernismo brasileiro e vanguarda</i> . São Paulo: Ática, 1986.
CONHECIMENTO EM LÍNGUA PORTUGUESA Discussão, reflexão e aspectos teóricos sobre o ensino e atividades específicas para o trabalho com Literatura, Morfologia e Ortografia no ensino Fundamental e Médio.	COLL, C., MARCHESI, A., PALACIOS, J. <i>Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação escolar</i> . Volume 2. Porto Alegre: Artmed editora, 2004. PERRENOUD, Philippe. <i>10 novas competências para ensinar</i> . Porto Alegre: Artmed, 2000. BAGNO, Marcos. <i>A norma oculta</i> . Loyola: São Paulo, 2003.
CONHECIMENTO EM LITERATURA E LÍNGUA INGLESA Desenvolvimento comunicativa oral. Desenvolvimento do desempenho lingüístico através do treinamento de estruturas básicas contextualizadas, envolvendo os tempos verbais presente e passado e o sistema numérico. Leitura, interpretação e produção de textos simplificados.	MURPHY, Raymond. <i>Basic Grammar in Use</i> . 2 ed. New York: Cambridge University Press, 1991. SOARS, Liz and John. <i>American Headway 1. Student book</i> . New York: Oxford University Press. 2001. SOARS, Liz and John. <i>American Headway 1. Workbook</i> . New York: Oxford University Press. 2001.
DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO DE LETRAS Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Letras, Parecer Nº 492/2001.	

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – NÍVEL I – GRAU A – 20 HORAS SEMANAIS	
CONHECIMENTOS GERAIS – COMUM A TODAS AS ÁREAS	

REFERÊNCIAS DE ESTUDO	BIBLIOGRAFIA SUGERIDA
LÍNGUA PORTUGUESA Leitura e produção de textos: Produção da leitura. Variação lingüística. Relações entre oralidade e escrita. Gêneros textuais (modalidade de textos e aspectos funcionais). Fundamentos de textualidade (noção de texto, intertextualidade, coerência e coesão textuais). Tipologia textual (descrição, narração e estratégias de argumentação).	ANDRADE, Maria Margarida de ; HENRIQUES, Antonio. Língua Portuguesa Noções Básicas para Cursos Superiores. 7 ed., São Paulo: Atlas, 2004.COSTA VAL, Maria da Graça. Redação e Textualidade. 2 ed., São Paulo: Martins Fontes, 1999.KAUFMAN, Ana Maria; RODRIGUEZ, Maria Elena. Leitura, escola Produção de textos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.KLEIMAN, Ângela. Texto e Leitor, aspectos cognitivos da leitura. Campinas, SP: Pontes,1998.SAVIOLI, Francisco Platão; FIORIN, José Luiz. Para Entender o texto leitura e redação. 5 ed. São Paulo, SP: Ática, 1997.SAVIOLI, Francisco Platão; FIORIN, José Luiz . Lições de texto: leitura e redação. 4 ed. São Paulo, SP: Ática, 1999.
DIDÁTICA GERAL Teorias pedagógicas, princípios metodológicos e recursos de ensino-aprendizagem. Projeto Político e estratégias de intervenção em instituições educativas.	CASTRO, Amélia Domingues de. Et al - Ensinar a ensinar: Didática para a Escola Fundamental e Média, São Paulo Pioneira/Tompson Learning/2001. LIBÁNEO, José Carlos. Didática. São Paulo. Cortez/1992 (Coleção magistério - 2 Grau. Série formação do professor). VASCONCELOS, Celso S. Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político - <i>Pedagógico elementos metodológicos para elaboração e realização</i> - 5. Ed. São Paulo. Libertad 1999 (cadernos Pedagógicos do Libertad; v. 1) GANDIM, Danilo et al. Temas para um projeto pedagógico. Petrópolis, Ed. Vozes, 2002.
CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº9.394/96, - Parâmetros curriculares Nacionais Ensino Fundamental e Médio. Ética na Educação Pública.	LDB nº 9.394/96 PCN- Ensino Fundamental e Médio Decreto nº 43.673/2003

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – NÍVEL I – GRAU A – 20 HORAS SEMANAIS	
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	
REFERÊNCIAS DE ESTUDO	BIBLIOGRAFIA SUGERIDA
INFORMÁTICA APLICADA À EDUCAÇÃO Introdução das novas tecnologias e do uso dessas ferramentas para o planejamento e a criação de atividades educacionais. O uso instrumental da informática interagindo com a prática docente. Desenvolvimento de ambientes interativos de aprendizagem com sites, webquest e materiais didáticos.	FEITOSA, Sammya Tajra. Informática na Educação: Professor na atualidade. São Paulo: Érica, 1998 LÉVI, Pierre. As tecnologias da inteligência: O futuro do pensamento na era da informática. São Paulo: Editora 34, 1993. LITWIN, Edith. Tecnologia Educacional: Política, histórias e propostas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. In: A Era da Informação: Economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. CHARTIER, Roger. A aventura do livro: do leitor ao navegador. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998. LÉVI, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999. OLIVEIRA, Celina Couto de; COSTA, José Wilson da; MOREIRA, Mercia. Ambientes Informatizados de Aprendizagem – Produção e avaliação de software educativo. Campinas: Papyrus, 2001.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – NÍVEL I – GRAU A – 20 HORAS SEMANAIS	
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - EDUCAÇÃO FÍSICA	
REFERÊNCIAS DE ESTUDO	BIBLIOGRAFIA SUGERIDA
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA História da formação do professor de Educação Física. Aspectos do trabalho cotidiano do professor de Educação Física.	BORGES, C.M.F. O Professor de Educação Física e a construção do saber. Campinas, SP:Papiro, 1998. Bracht, V. Educação Física e Ciência: cenas de um casamento (in)feliz. Ijuí: Ed. Unijuí, 1999. GONZÁLES, F. J. FENSTERSEIFER, P. E. Dicionário Crítico de Educação Física. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. COLETIVO DE AUTORES. Metodologia de ensino da educação física. São Paulo: Cortez. 1992. DAYRELL, J. Múltiplos olhares. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 1999.DAOLIO, Jocimar. Da

	cultura do corpo. Campinas: Papirus. 1995.
EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E INCLUSIVA Relação entre a função social da escola e a Educação Física. A importância da Educação Física na escola. A Educação Física como componente curricular frente as outras disciplinas. Abordagens metodológicas: Educação Física desenvolvimentista; Educação Física construtivista; Iniciação Esportiva Universal. Relação entre o ensino da educação física e os sujeitos escolares nas diferentes faixas etárias.	WNINICK, J. P. Educação Física e Esportes Adaptados. Barueri-SP, Editora Manole, 2004.
ESPORTE, GINÁSTICA, DANÇA E MOVIMENTOS EXPRESSIVOS, JOGOS E BRINCADEIRAS O Esporte como prática cultural e suas implicações para o ensino da Educação Física escolar. Contextualização histórica. Procedimentos e estratégias metodológicas para o ensino dos esportes. Dança e da ginástica como linguagem e forma de expressão. Contextualização histórica. O estudo dos diferentes estilos de dança e ginástica. Procedimentos e estratégias metodológicas para o ensino da dança e da ginástica. Os elementos constitutivos da ginástica, rítmica e geral. Os jogos, brinquedos e brincadeiras como fenômeno cultural. Concepções de jogos, brinquedos e brincadeiras. A abordagem dos jogos e brincadeiras no processo educativo.	LABAN, R. Dança Educativa Moderna. São Paulo, Ícone, 1990. BROUGÈRE, G.. Brinquedo e Cultura. São Paulo: Cortez, 5ª ed, 2004. HUIZINGA, J. Homo ludens. São Paulo. Perspectiva, 2002. LEMO, A. de S.. Voleibol Escolar. Rio de Janeiro, Sprint, 2004. FRISSELLI A, M. M. Futebol teoria e prática. São Paulo: Editora Phorte; 1999.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – NÍVEL I – GRAU A – 20 HORAS SEMANAIS	
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS -MATEMÁTICA	
REFERÊNCIAS DE ESTUDO	BIBLIOGRAFIA SUGERIDA
CONHECIMENTOS MATEMÁTICOS Cálculo Diferencial e Integral, Álgebra Linear, Fundamentos de Análise e Fundamentos de Álgebra.	
GEOMETRIA O ensino de Geometria; Conceitos geométricos primitivos; Ângulos; Paralelismo; Perpendicularismo; Triângulos; Teorema de Tales; Quadriláteros notáveis; Polígonos; Polígonos Regulares; Circunferência e Disco; Ângulos na Circunferência; Comprimento da Circunferência. Área de Superfícies Planas. Introdução do Desenho Geométrico; Construções Elementares; . Divisão da Circunferência. Arco Capaz. Traçado de Tangentes a um círculo. Softwares de Geometria. Sistemas de Coordenadas no plano; Estudo moldado nas definições de ponto, reta e curvas, suas particularidades, propriedades e correlações. Distâncias; Mudança de coordenadas (translações). O estudo das cônicas.	DOLCE, Osvaldo; POMPEO, José Nicolau. Fundamentos da Matemática Elementar, 9: WAGNER, Eduardo. Construções Geométricas. 4.ed. Rio de Janeiro: SBM, BARROSO, L.C. et. al. Cálculo numérico com aplicações. São Paulo: Harbra, 1987.
CÁLCULOS E FUNÇÕES Função: Definição, Domínio e Imagem, Gráficos, Caracterização, Gráficos; Função Composta, Função Inversa; Função Afim, Função Quadrática; Função Modular; Função Exponencial; Função, Logarítmica.	IEZZI, G. Fundamentos de Matemática Elementar, vol. 6. São Paulo: Atual, 1985. HOWARD, A. Cálculo: um novo horizonte. Vol. 2. 6.ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – NÍVEL I – GRAU A – 20 HORAS SEMANAIS	
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS -FÍSICA	
REFERÊNCIAS DE ESTUDO	BIBLIOGRAFIA SUGERIDA
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E EXPERIMENTAL DA FÍSICA Evolução das idéias da Física ao longo da história mecânica, termodinâmica, eletromagnético, óptica e quântica.	LUZ, Antônio Máximo Ribeiro da; ÁLVARES, Beatriz Alvarenga. Física. São Paulo: Scipione, 2003 (Coleção De olho no mundo do trabalho). HALLIDAY, David; RESNICK, Robert; WALKER, Jearl. Fundamentos de Física. 6.ed . Rio de Janeiro: LTC, 2002 (vol. 1). ALONSO, Marcelo; FINN, Edward J. Física. São Paulo: Addison, 1999.
CONHECIMENTOS DE FÍSICA APLICADA A MATEMÁTICA E A CIÊNCIAS BIOLÓGICAS Mecânica; Dinâmica. Conservação de Energia;	LUZ, Antônio Máximo Ribeiro da; ÁLVARES, Beatriz Alvarenga. Física. São Paulo: Scipione, 2003 (Coleção De olho no mundo do trabalho).

Eletrromagnetismo.	HALLIDAY, David; RESNICK, Robert; WALKER, Jearl. Fundamentos de Física. 6.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002 (vol. 1). ALONSO, Marcelo; FINN, Edward J. Física. São Paulo: Addison, 1999.
INFORMÁTICA NO ENSINO DE FÍSICA Introdução das novas tecnologias e do uso dessas ferramentas para o planejamento e a criação de atividades educacionais. O uso instrumental da informática interagindo com a prática docente. Desenvolvimento de ambientes interativos de aprendizagem com sites, webquest e materiais didáticos.	OLIVEIRA, Celina Couto de; COSTA, José Wilson da; MOREIRA, Mercia. <i>Ambientes Informatizados de Aprendizagem</i> – Produção e avaliação de software educativo. Campinas: Papirus, 2001 SILVA, Marco, <i>Sala de Aula Interativa</i> . Rio de Janeiro: Quartet, 2000. MORAES, Raquel de Almeida. <i>Informática na Educação</i> . Rio de Janeiro: DP&A, 2000. CASTELLS, Manuel. <i>A Sociedade em rede</i> . A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. OLIVEIRA, M. R. N. S. <i>Educação Tecnológica</i> – Pontos para reflexão. <i>Educação & Tecnologia</i> , v.2, n.2, p.18-21, jul./dez. 1997 MORAN, José Manuel. <i>Como utilizar a Internet na educação</i> , <i>Revista Ciência da Informação</i> , vol. 26, n. 02, maio-agosto, 1997. VEEN Wim. VRAKING, Bem. <i>Homo Zappiens: Educando na Era Digital</i> . Porto Alegre: Artmed, 2009. FEITOSA, Sammya Tajra. <i>Informática na Educação: Professor na atualidade</i> . São Paulo: Érica, 1998 LÉVI, Pierre. <i>As tecnologias da inteligência: O futuro do pensamento na era da informática</i> . São Paulo: Editora 34, 1993. LITWIN, Edith. <i>Tecnologia Educacional: Política, histórias e propostas</i> . Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – NÍVEL I – GRAU A – 20 HORAS SEMANAIS	
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (BIOQUÍMICA)	
REFERÊNCIAS DE ESTUDO	BIBLIOGRAFIA SUGERIDA
BIOQUÍMICA CELULAR Relação de estruturas e função das principais biomoléculas (Carboidratos, Lipídeos, Enzimas, Ácidos Nucléicos, Vitaminas e Hormônios). Mecanismos de catálise biológica. Biossíntese e degradação de biomoléculas (Estudo do Mapa Metabólico).	CAMPBELL, Mary K. <i>Bioquímica: Edição Universitária</i> . 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2001. LEHNINGHER, A. L; NELSON, K. Y. <i>Princípios de Bioquímica</i> . 3. Ed. Editora Sarvier, 2002
QUÍMICA GERAL Os modelos atômicos, a matéria e suas combinações; as ligações químicas; o equilíbrio químico; a termodinâmica e os gases; e a química orgânica.	BRADY, J. E.; HUMISTON, G.E. <i>Química geral</i> . 2ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986. O'CONNOR, R. <i>Introdução à química</i> . 1ed. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1977.
IMUNOLOGIA Estudo das respostas imunes, procurando o estabelecimento da distinção entre: imunidade, hipersensibilidade, tolerância, imunologia, doenças auto-imunes	ABBAS, ABUL K. <i>Imunologia celular e molecular</i> / Rio de Janeiro: Revinter, 2000. 3 ed. JANEWAY, CHARLES. <i>O sistema imune na saúde e na doença</i> / Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. 4 ed
MICROBIOLOGIA Microbiologia, reprodução, fisiologia, controle e taxonomia dos microrganismos Incluindo sua interação com outros seres vivos, e, com o meio ambiente.	JAWETZ, E, ET all <i>Microbiologia Médica</i> . 22 ed Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. 212pg. MURRAY, P.R; Drew, W, L; Kobayashi, G.S.; Thompson, J.H <i>Microbiologia Médica</i> , Ed Guanabara Koong, Rio de Janeiro 5 ed, 2006.
BIOLOGIA MOLECULAR Introdução aos mecanismos moleculares que regem a hereditariedade e o metabolismo celular. Estudo evolutivo da morfologia, fisiologia, taxonomia e ecologia das algas, Briófitas e Pteridófitas. Processos de funcionamento dos tecidos e órgãos vegetais e a atuação dos elementos do ambiente que influenciam nestes processos.	ALBERTS, B. <i>Biologia molecular da célula</i> . 4ed, Porto Alegre: Artmed, 2004 CAMPBELL, M.K. <i>Bioquímica</i> . 3ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – NÍVEL I – GRAU A – 20 HORAS SEMANAIS	
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (BIOLOGIA)	
REFERÊNCIAS DE ESTUDO	BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

BIOLOGIA DAS CRIPTÓGAMAS Estudo evolutivo da morfologia, fisiologia, taxonomia e ecologia das algas, Briófitas e Pteridófitas.	JOLY, A. B. Botânica: Introdução à taxonomia vegetal. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. 777p MODESTO, Z. M. M. Botânica CEB. São Paulo. ED. EPU, 1981
BIOLOGIA DAS FANERÓGAMAS Métodos e princípio de estudo da flora.	
FISIOLOGIA DOS VEGETAIS Os processos de funcionamento dos tecidos e órgãos vegetais e a atuação dos elementos do ambiente que influenciam nestes processos.	FERRI, M. G. Botânica, morfologia externa das plantas. 1962. Melhoramentos: São Paulo. MODESTO, Z. M. M.; SIQUEIRA, N. Z. Botânica. 1981. CEB. EPU.: São Paulo

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – NÍVEL I – GRAU A – 20 HORAS SEMANAIS	
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - LETRAS (LINGÜÍSTICA)	
REFERÊNCIAS DE ESTUDO	BIBLIOGRAFIA SUGERIDA
LÍNGUA LATINA A estrutura da língua latina: a estrutura de casos - nomes (substantivos, adjetivos e pronomes) da 1ª, 2ª, e 3ª, 4ª e 5ª declinação. Os conectores: principais conjunções e preposições (e sua regência casual). Formas verbais do presente, imperfeito, perfeito do indicativo. Formas verbais do imperativo. O léxico básico. Análise da estrutura frasal e tradução de textos breves, relacionados à cultura latina.	SARAIVA, F. R. dos Santos (org.) Dicionário latino-português. – SARAIVA. Editora: Itatiaia, 1996. FARIA, Ernesto. Vocabulário latino-português. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1943. RESENDE, Antonio Martinez de. Latina Essentia. Belo Horizonte: UFMG, 1993.
LITERATURA GRECO-LATINA O gênero Lírico, o Épico e o Dramático na Literatura Grega: estudo dos principais autores e obras.	ARISTÓFANES. <i>As Rãs</i> . Trad. M.G. Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. EURÍPIDES. <i>As Bacantes</i> . Trad. Eudoro de Souza. São Paulo: Victor Civita, 1976. HOMERO. <i>Odisséia</i> . Trad. Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000
FILOLOGIA ROMÂNICA O português do Brasil como fenômeno histórico. Princípios e métodos da diacronia lingüística. Prática de pesquisa em lingüística histórica.	ALENCAR, José Arraes de. <i>Vocabulário latino: por famílias etimológicas: filosofia e poesia da linguagem</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1944 BASÍLIO, Margarida. <i>Formação e classes de palavras no português do Brasil</i> . 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. TEYSSIER, Paul. <i>História da Língua Portuguesa</i> . Trad. Celso Cunha, 2ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 2004.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – NÍVEL I – GRAU A – 20 HORAS SEMANAIS	
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - LETRAS (LITERATURA)	
REFERÊNCIAS DE ESTUDO	BIBLIOGRAFIA SUGERIDA
TEORIA LITERÁRIA Conceito e funções da literatura. Os gêneros literários e sua fundamentação. A periodização literária. Os elementos estruturais do Poema: elementos sonoros, visuais e semânticos. A linguagem figurada. Teoria da narrativa: o conto, a crônica, a novela e o romance. Histórico, conceito, estrutura e elementos. Os elementos estruturais da narrativa: enredo, personagem, tempo, lugar e foco narrativo. Literatura e teatro.	AGUIAR E SILVA, Vitor Manuel. Teoria da Literatura. Coimbra: Livraria Almedina, 1985. GOLDSTEIN, Norma. Versos, sons, ritmos. São Paulo: Ática, 1990. HELENA, Lúcia. Modernismo brasileiro e vanguarda. São Paulo: Ática, 1986. BRAIT, Beth. A personagem. São Paulo: Ática. Série Princípios, 1985. GANCHO, Cândida Vilares. Como analisar narrativas. São Paulo: Ática, Série Princípios, 1991. MOISÉS, Massaud. A criação literária: prosa I e II. (2vol). São Paulo: Cultrix, 18ª ed. 2001.
LITERATURA BRASILEIRA Conceito e funções da literatura. Os gêneros literários e sua fundamentação. A periodização literária. Os elementos estruturais do Poema: elementos sonoros, visuais e semânticos. A linguagem figurada. Estudo estético-estilístico e temático do Realismo, do Simbolismo através dos textos, como expressão da Arte e da Cultura brasileiras dos fins do século XIX. Análise das obras mais representativas de cada período. O Pré-modernismo como expressão da arte e da cultura brasileiras dos inícios do século XX. O século XX e o	FILHO, Domício Proença (org.). A poesia dos Inconfidentes: poesia completa de Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antonio Gonzaga e Alvarenga Peixoto. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996. MATOS, de Gregório. Obra poética. Rio de Janeiro, Record, 2010. VIEIRA, Antonio. Sermões. São Paulo: Hedra, 2000. (2 tomos) COUTINHO, Afrânio. Introdução à literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. TUFANO, Douglas. Estudos de Literatura Brasileira. São Paulo: Ed. Moderna, 1978. BRITO, Mário da Silva. História do modernismo brasileiro:

Modernismo.Vanguarda Européia. Movimento de 22 e sua importância nos campos da cultura, da arte e, em especial, da Literatura. Texto/contexto - a partir da estética do estilo, da temática e da língua de textos do Modernismo brasileiro: a geração de 45. Análise de obras (poesia e prosa) de autores contemporâneos. O pensamento medieval: o lirismo trovadoresco; a sátira. Classicismo: o lírico e o épico em Camões. Barroco: Arcadismo.	antecedentes da semana de arte moderna. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. MARTINS, Wilson. O modernismo (1916-1945). São Paulo: Cultrix, 1969. TELES, Gilberto Mendonça. Vanguarda européia e modernismo brasileiro. Rio de Janeiro: Vozes, 1972. VIEIRA, Antônio. Sermões: Padre Vieira. (org.) Alcir Pécora. São Paulo: Hedra, 2000.
LITERATURA PORTUGUESA A estética realista, o simbolismo,o modernismo. A ficção portuguesa contemporânea.	GARRETT, Almeida. Viagens na minha terra. São Paulo: Cultrix, 1999. QUEIRÓS, Eça. O Primo Basílio. São Paulo: Abril Cultural, 1979. SARAMAGO, José. Memorial do Convento. São Paulo: Bertrand, 1996. COELHO, Nelly Novaes. Literatura Infantil: teoria, análise, didática. São Paulo: Ática, 1991. VICENTE, Gil. Auto da barca do inferno. São Paulo: Klick Editora, (s.d). CAMÕES, Luís. Os Lusíadas. São Paulo: Melhoramentos, 1962.
LITERATURA INFANTO JUVENIL A literatura infanto-juvenil e o significado social para a adolescência, do imaginário ao real. Os clássicos da literatura infanto-juvenil: a poesia, a narrativa e o teatro. Os contos de fadas. A Intertextualidade na Literatura infanto-juvenil.	COELHO, Nelly Novaes. <i>Literatura Infantil: teoria, análise, didática</i> . São Paulo: Ática, 1991. PERRAULT, Charles. <i>Contos de Perrault</i> . Belo Horizonte: Itatiaia Limitada, 1985. ZILBERMAN, Regina. <i>A Literatura Infantil na Escola</i> . São Paulo: Global, 1981.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – NÍVEL I – GRAU A – 40 HORAS SEMANAIS	
CONHECIMENTOS GERAIS – COMUM A TODAS AS ÁREAS	
REFERÊNCIAS DE ESTUDO	BIBLIOGRAFIA SUGERIDA
LÍNGUA PORTUGUESA Leitura e produção de textos: Produção da leitura. Variação lingüística. Relações entre oralidade e escrita. Gêneros textuais (modalidade de textos e aspectos funcionais). Fundamentos de textualidade (noção de texto, intertextualidade, coerência e coesão textuais). Tipologia textual (descrição, narração e estratégias de argumentação).	ANDRADE, Maria Margarida de; HENRIQUES, Antonio. Língua Portuguesa Noções Básicas para Cursos Superiores. 7 ed., São Paulo: Atlas, 2004.COSTA VAL, Maria da Graça. Redação e Textualidade. 2 ed., São Paulo: Martins Fontes, 1999.KAUFMAN, Ana Maria; RODRIGUEZ, Maria Elena. Leitura, escola Produção de textos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.KLEIMAN, Ângela. Texto e Leitor, aspectos cognitivos da leitura. Campinas, SP: Pontes,1998.SAVIOLI, Francisco Platão; FIORIN, José Luiz. Para Entender o texto leitura e redação. 5 ed. São Paulo, SP: Ática, 1997.SAVIOLI, Francisco Platão; FIORIN, José Luiz . Lições de texto: leitura e redação. 4 ed. São Paulo, SP: Ática, 1999.
DIDÁTICA GERAL Teorias pedagógicas, princípios metodológicos e recursos de ensino-aprendizagem. Projeto Político e estratégias de intervenção em instituições educativas.	CASTRO, Amélia Domingues de. Et al - Ensinar a ensinar: Didática para a Escola Fundamental e Média, São Paulo Pioneira/Tompson Learning/2001. LIBÃNEO, José Carlos. Didática. São Paulo. Cortez/1992 (Coleção magistério - 2 Grau. Série formação do professor). VASCONCELOS, Celso S. Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político - <i>Pedagógico elementos metodológicos para elaboração e realização</i> - 5. Ed. São Paulo. Libertad 1999 (cadernos Pedagógicos do Libertad; v. 1) GANDIM, Danilo et al. Temas para um projeto pedagógico. Petrópolis, Ed. Vozes, 2002.
CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394/96 - Parâmetros curriculares Nacionais Ensino Fundamental e Médio. -Ética na Educação Pública.	LDB nº 9.394/96 PCN- Ensino Fundamental e Médio Decreto nº43.673/2003

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – NÍVEL I – GRAU A – 40 HORAS SEMANAIS	
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PSICOLOGIA	
REFERÊNCIAS DE ESTUDO	BIBLIOGRAFIA SUGERIDA
PSICOLOGIA DA	DAVIDOFF, L. <i>Introdução à Psicologia</i> . São Paulo: McGraw – Hill, 1983.

<p>EDUCAÇÃO Histórico, objeto e métodos da psicologia. As mais importantes escolas, suas concepções de aprendizagem e desenvolvimento. As interações sociais no contexto escolar. Os princípios da Epistemologia Genética de Jean Piaget: os processos de desenvolvimento e aprendizagem e suas implicações pedagógicas. A teoria de Vygotsky sobre o conhecimento e o desenvolvimento e a aprendizagem da criança. O desenvolvimento e a aprendizagem na perspectiva sócio-interacionista e suas implicações pedagógicas</p>	<p>FIGUEIREDO, L. C. <i>Psicologia: uma introdução</i>. Petrópolis: Vozes, 1996. SCHULTZ, Duane P. <i>História da psicologia moderna</i>. São Paulo: Editora Cultrix, 1998 COLL, C., MARCHESI, A., PALACIOS, J. <i>Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação escolar</i>. Volume 2. Porto Alegre: Artmed editora, 2004. CIRINO, O. <i>Psicanálise e psiquiatria com crianças – Desenvolvimento ou estrutura</i> Belo Horizonte: Autêntica editora, 2001. JERUSALINSKY, A. <i>Psicanálise e desenvolvimento infantil</i>. Porto Alegre: Artes e ofícios, 1999 NEWCOMBE, N. <i>Desenvolvimento infantil: abordagem de Mussen</i>. Porto Alegre: Artmed, 1999. GOULART, Íris Barbosa. <i>Piaget: experiências Básicas para utilização pelo professor</i>. Petrópolis: Vozes, 1983 PIAGET, Jean. <i>Seis Estudos de Psicologia</i>. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. OLIVEIRA, Martha Kohlde. <i>Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico</i>. São Paulo: Ed. Scipione, 1999. REGO, Tereza Cristina. <i>Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação</i>. Petrópolis: Vozes, 1995. Vygotsky, L. S. <i>A Formação Social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores</i>. São Paulo: Martins Fontes, 1998. CORDIÉ, Amy. <i>Os Atrasos não existem: psicanálise de Crianças com Fracasso Escolar</i>. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. JERUSALINKY, Alfredo. <i>Psicanálise e Desenvolvimento Infantil: um enfoque transdisciplinar</i>. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004 LAJONQUIÈRE, Leandro de. <i>Infância e Ilusão (Psico) Pedagogia: escritos de psicanálise e educação</i>. Belo horizonte: Autêntica, 1998. LOPES, Eliane marta Teixeira (org) <i>A Psicanálise escuta a educação</i>. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. MILLOT, Catherine. <i>Freud Antipedagogo</i>. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editoras, 2001 Cirino, O. <i>Psicanálise e psiquiatria com crianças: desenvolvimento ou estrutura</i>. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001.</p>
<p>EDUCAÇÃO INCLUSIVA Possibilidades e limites da inclusão. Análise crítica dos processos de inclusão educacional: concepções, fundamentos, aspectos legais. A questão do sujeito portador de necessidades educacionais especiais O papel do professor no processo de inclusão.</p>	<p>Coll, C., Marchesi, A., Palácios, J. <i>Desenvolvimento psicológico e educação</i>, volume 3. Porto Alegre: Artmed, 2004. Cordiè, A. <i>Os atrasados não existem: psicanálise de crianças com fracasso escolar</i>. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. Jerusalinky, A. <i>Psicanálise e desenvolvimento infantil</i>. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999. Publicações da Secretaria de Educação Especial – www.mec.gov.br PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS Cartilha sobre inclusão disponível em < www.sociedadeinclusiva.pucminas.br> Coll, C., Marchesi, A., Palácios, J. <i>Desenvolvimento psicológico e educação</i>, volume 3. Porto Alegre: Artmed, 2004. VIEIRA, Márcia Núbia Fonseca. <i>Herdeiros de Sísifo</i>. São Paulo, RTM, 2003.</p>

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – NÍVEL I – GRAU A – 40 HORAS SEMANAIS	
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - FILOSOFIA	
REFERÊNCIAS DE ESTUDO	BIBLIOGRAFIA SUGERIDA
<p>FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO Filosofia, atividade filosófica e realidade. Filosofia e educabilidade: cultura e sociedade. A filosofia e os saberes. Epistemologia: pensamento e a necessidade do método. A lógica e a teoria do conhecimento. Princípios fundamentais da ciência. O <i>locus</i> das ciências sociais: paradigmas quantitativos e qualitativos. Fenomenologia do <i>Ethos</i>: a ação justa, o bem e a educação. As relações humanas: moral e educação, política e educação. Pensamento estético e Educação. A Arte como fonte de produção de conhecimento e de sentido. A Arte na sociedade e na educação: objetos estéticos contemporâneos, recursos midiáticos.</p>	<p>ARANHA, M. L. <i>Filosofia da educação</i>. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2006. CHAUÍ, Marilena. <i>Convite à filosofia</i>. Editora Ática. São Paulo 2000. MARITAIN, Jacques. <i>Elementos de filosofia 1: introdução geral à filosofia</i>. 15 ed. Rio de Janeiro: Agir, 1987. ABBAGNANO, Nicola. <i>Dicionário de filosofia</i>. Martins Fontes. São Paulo 1998. BAKHTIN, M. <i>Marxismo e filosofia da linguagem</i>. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. COMTE-SPONVILLE, André. <i>Pequeno tratado das grandes virtudes</i>. São Paulo: Martins Fontes, 1997. REALE, Giovanna, ANTISERI, Dante. <i>História da filosofia: antiguidade e Idade Média</i>. 6ed. São Paulo: Paulus, 1990.</p>

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – NÍVEL I – GRAU A – 40 HORAS SEMANAIS	
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - HISTÓRIA	
REFERÊNCIAS DE ESTUDO	BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

<p>HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO O projeto educacional brasileiro e sua consolidação na república. O projeto de modernização da escola. A Escola Nova no Brasil e o movimento dos Pioneiros da Educação. O Nacional-Desenvolvimentismo. Educação pública e educação privada na Ditadura Militar. As lutas pela democratização da escola no Brasil. O projeto Neoliberal de educação.</p>	<p>FARIA Filho. Luciano Mendes de. Dos Pardieiros aos Palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo. UPF. 2000. FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cyntia Greive Veiga.(org). 500 anos de Educação no Brasil, Belo Horizonte: Autêntica, 2000. SWARTZMAN, Simon et ali. Tempos Capanema. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Edusp. 2001 BITTENCOURT, Circe (org). O saber histórico na sala de aula. São Paulo, Contexto, 1997</p>
<p>CONHECIMENTOS METODOLÓGICOS DO CONTEÚDO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA O espaço geográfico como o sítio dos acontecimentos humanos. O papel da ciência geográfica como interlocutora da apropriação do espaço geográfico pelo homem. Alfabetização cartográfica na Educação O saber geográfico e a formação do professor.</p>	<p>CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos. São Paulo. Ed. Papirus.; 2004. CASTRO Iná Elias, Corrêa, Roberto Lobato (ORG.). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro. BCD União de Editores S.A. 2000. OLIVEIRA, Ariovaldo. Para onde vai o ensino da geografia? São Paulo: Contexto, 1994. PCN e CBC de Geografia.</p>
<p>HISTÓRIA DA CULTURA AFRO BRASILEIRA Trânsitos históricos e culturais nas diásporas negras no Brasil colonial. História e historiografia da escravidão brasileira. A construção das identidades negras no Brasil. Expressões contemporâneas da africanidade e das identidades afro-brasileiras na cultura: música, religiosidade, esporte e práticas corporais.</p>	<p>FREYRE, Gilberto. <i>Casa Grande & Senzala</i>. 46 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002. BARROS, José DAssunção. <i>A construção social da cor:diferenças e desigualdades na formação da sociedade brasileira</i>. Pertópolis/RJ: Vozes, 2009. SANSONE, Lívio. <i>Negritude sem etnicidade</i>. Salvador/Rio de Janeiro: Pallas, 2007.</p>

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – NÍVEL I – GRAU A – 40 HORAS SEMANAIS	
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - ARTE	
REFERÊNCIAS DE ESTUDO	BIBLIOGRAFIA SUGERIDA
<p>ARTE E EDUCAÇÃO A auto-expressão como forma de leitura e interação com o mundo através da apreciação artística. Desenvolvimento da percepção, sensibilidade e criatividade artística do professor / aluno.</p>	<p>HERNANDEZ. Fernando. Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 2000. SANTOS, Jair Ferreira dos. O que é pós-moderno. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos) SPOLIN, Viola. Improvisação para o teatro. São Paulo: Perspectiva, 1987.</p>
<p>CONHECIMENTOS METODOLÓGICOS DO CONTEÚDO DE ARTES A arte e suas linguagens (teatro, música dança) como práticas de ensino na educação. Concepções históricas da didática específica do ensino das artes.</p>	<p>COLL, César et all. Aprendendo arte: conteúdos essenciais para o ensino fundamental. São Paulo: editora Ática, 2002. HERNANDEZ, Fernando. Transgressão e mudança na educação. Os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998. PIMENTEL, Lúcia Gouvêa. Limites em expansão – licenciatura em artes visuais. Belo Horizonte: C/Arte, 1999. FUSARI, Maria F et all. Arte e educação escolar. São Paulo: Cortez, 1993.</p>

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – NÍVEL I – GRAU A – 40 HORAS SEMANAIS	
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PEDAGOGIA	
REFERÊNCIAS DE ESTUDO	BIBLIOGRAFIA SUGERIDA
<p>ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL Propostas curriculares para a Educação Infantil. Princípios e teorias das propostas pedagógicas para a Educação Infantil. Projeto curricular na perspectiva da Cultura da Infância: as Diretrizes Nacionais Curriculares da Educação Infantil e os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil. A organização do espaço e do tempo na educação infantil. A relação com a família – adaptação e diálogo. Formação do educador infantil. Currículo da educação infantil e os campos de atividade expressiva e cognitiva - o trabalho com as linguagens, a integração com o Ensino Fundamental.</p>	<p>DEHEINZELIN, Monique. A fome com a vontade de comer. Petrópolis: Vozes, 1994. ELIAS, Marisa Del Cioppo. De Emílio a Emília: a trajetória da alfabetização. S.Paulo: Scipione, 2000. FARIA, Ana Lúcia Goulart e PALHARES, Marina Silveira. Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios. Coleção Polêmicas do nosso tempo. Campinas, SP: Autores Associados, 1999. KRAMER, Sônia. Com a pré-escola nas mãos. São Paulo, Ática, 1985 OLIVEIRA, Zilma Ramos de. Educação infantil: fundamentos e métodos. São Paulo, Cortez, 2002.</p>

<p>HISTÓRIA DA INFANCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL História da infância e das instituições infantis. As concepções do atendimento à infância: assistencial, compensatório e a concepção cidadã. O resgate da cultura da infância. História da educação infantil no Brasil e seu ordenamento legal.</p>	<p>ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981. FREITAS, Marcos Cezar de (org.). História social da infância no Brasil. 3 ed. Rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2001 FREITAS, Marcos Cezar de (org.). História social da infância no Brasil. 3 ed. Rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2001 KRAMER, Sônia. A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1995. KUHLMANN, Moisés et al.. Brasil 500 anos. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.</p>
---	--

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – NÍVEL I – GRAU A – 40 HORAS SEMANAIS	
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - EDUCAÇÃO FÍSICA	
REFERÊNCIAS DE ESTUDO	BIBLIOGRAFIA SUGERIDA
<p>LUTAS E CAPOEIRA Lutas como linguagem e manifestação autêntica de culturas diversas. Contextualização histórica e abordagem de diferentes estilos de luta. A capoeira como prática cultural. Contextualização histórica. A abordagem teórica prática numa perspectiva crítico-reflexiva (jogo, luta, dança e esporte). Procedimentos e estratégias metodológicas para o ensino da capoeira na escola.</p>	<p>BULL, W.. Aikido. O caminho da sabedoria. Ed. Pensamento, SP. 10º ed. WONG, K. Kit. O livro completo do Tai Chi Chuan. Um manual pormenorizado dos seus princípios e práticas. Ed. Pensamento. 1990. Trad. Afonso T. Filho. CALLEJA, C. C.. Caderno técnico didático. MEC, 1983 DESPEUX, C. Tai Chi Chuan. Arte Marcial, Técnica de Longa Vida. Ed. Circulo do livro, SP. 1981. Trad. Octávio Mendes Cajado. UESHIBA, M. Budô. Ensino do fundador do Aikidô. Trad. Paulo C. de Proença. Ed. Cultrix. 1991. WONG, K. Kit. O livro completo do Tai Chi Chuan. Um manual pormenorizado dos seus princípios e práticas. Ed. Pensamento. 1990. Trad. Afonso T. Filho. CAPOEIRA, N. Capoeira: pequeno manual do jogador. Ed. Record. RJ, SP. 7º ed. 2002. CAPOEIRA, N. Capoeira: os fundamentos da malícia. Ed. Record RJ. 1992. REGO, W. Capoeira de Angola; ensaio socioetnográfico. Ed. Itapoã. Salvador. Coleção Baiana. 1968.</p>
<p>PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA Análise da construção histórica do processo de formação inicial do professor de Educação Física. Memorial e análise da trajetória escolar e profissional. A escola como locus significativo no processo de construção da identidade docente. As práticas corporais de movimento como produção cultural.</p>	<p>OLIVEIRA, I. B. Pesquisa no/do cotidiano das escolas. Sobre rede de saberes. Rio de Janeiro: DP&A. 2001. DAYRELL, J. T. Múltiplos olhares sobre Educação e cultura. Editora UFMG. Belo Horizonte – MG, 2001. RIBEIRO, M. L. S. A formação Política do professor de 1º e 2º graus. 4ª ed. Campinas: São Paulo: Autores associados, 2002. COLETIVO DE AUTORES. Metodologia de ensino da educação física. São Paulo: Cortez. 1992. SOARES, C. L. et al. Metodologia do ensino de educação física. São Paulo. Cortez, 1993.</p>

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – NÍVEL I – GRAU A – 40 HORAS SEMANAIS	
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - MATEMÁTICA	
REFERÊNCIAS DE ESTUDO	BIBLIOGRAFIA SUGERIDA
<p>CONHECIMENTOS MATEMÁTICOS Cálculo Diferencial e Integral, Álgebra Linear, Fundamentos de Análise e Fundamentos de Álgebra.</p>	
<p>FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E CIENTÍFICOS DA MATEMÁTICA Proporcionar uma visão histórica do desenvolvimento do conhecimento científico inserido em um contexto sócio-cultural. A Matemática vista como uma ciência que também desenvolveu subordinada às necessidades sociais e que sofre influência da vida social. Discutir as conseqüências metodológicas desta visão, para o ensino da Matemática.</p>	<p>BOYER, C. B. História da Matemática. São Paulo: Ed. Edgar Blucher, 1974.</p>

METODOLOGIA E INFORMÁTICA APLICADA A PRÁTICA DE ENSINO DA MATEMÁTICA Constituição do campo da didática. A didática como disciplina na formação do educador. Teorias pedagógicas, princípios metodológicos e recursos de ensino-aprendizagem. Processo de Ensino: abordagens, fundamentos e componentes operacionais. Procedimentos de ensino. Relação professor-aluno-conhecimento. Planejamento de ensino e avaliação. Metodologia e didática: construção de proposta alternativa de ensino.	PERRENOUD, Philippe. <i>Avaliação: entre duas lógicas</i> . Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. VASCONCELOS, Celso dos S. <i>Avaliação: Superação da lógica classificatória e excludente – do “é proibido reprovar” ao é preciso garantir a aprendizagem</i> . São Paulo: Libertad, 1998. ZABALA, Antoni. <i>A prática educativa: como ensinar</i> . Porto Alegre: Artmed, 1998.
--	--

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – NÍVEL I – GRAU A – 40 HORAS SEMANAIS	
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	
REFERÊNCIAS DE ESTUDO	BIBLIOGRAFIA SUGERIDA
GEOLOGIA Esboço histórico da evolução da terra; a dinâmica da órbita e suas conseqüências; composição dos materiais formadores; dinâmica interna, teorias e conseqüências morfológicas; o tempo geológico, evolução ambiental; o quaternário e mudanças hodiernas.	DANA, J. D. <i>Manual de mineralogia</i> . Porto Alegre: LTC, 1976. Vol. I e II. SALGADO-LABOURIAU, Maria Lea. <i>História Ecológica da Terra</i> . São Paulo; Edgard Blücher. 1995.
PALEONTOLOGIA Métodos e princípios de estudo do registro fóssil; taxonomia e estudo teórico-prático de micropaleontologia e paleozoologia numa abordagem paleoecológica e evolutiva.	FUTUYAMA, D. J. <i>Biologia Evolutiva</i> . 2ª ed. Ed. FUNPEC, 2002. FREIRE-MAIA, N. <i>Teoria da Evolução: de Darwin à Teoria Sintética</i> . Belo Horizonte: Itatiaia, 1998. 415p.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – NÍVEL I – GRAU A – 40 HORAS SEMANAIS	
CONTEÚDO ESPECÍFICO - LETRAS (HABILITAÇÃO EM LÍNGUA INGLESA)	
REFERÊNCIAS DE ESTUDO	BIBLIOGRAFIA SUGERIDA
LÍNGUA INGLESA Principais abordagens teóricas utilizadas no ensino do Inglês como língua estrangeira. Uma visão geral e evolutiva das teorias.	MURPHY, Raymond. <i>Basic Grammar in Use</i> . 2 ed. New York: Cambridge University Press, 1991. SOARS, Liz and John. <i>American Headway 1. Student book</i> . New York: Oxford University Press. 2001.
PROCESSO DE RECEPÇÃO E PRODUÇÃO DE TEXTO EM INGLÊS Desenvolvimento efetivo da competência comunicativa oral e do desempenho lingüístico através da prática contextualizada de estruturas frasais com os tempos simples e produção de textos. Introdução ao estudo da Fonética (vogais). Interação entre competência comunicativa oral e competência textual. Introdução ao estudo da sintaxe. Introdução ao estudo da fonética (consoantes). Treinamento contextualizado de estruturas verbais complexas, expressões de quantidade e uso de artigos. Temas e movimentos da literatura britânica nos séculos XVII e XVIII e da literatura norte-americana no século XIX.	ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes. <i>Dimensões comunicativas no ensino de línguas</i> . Campinas: Pontes, 1993. OLIVEIRA, Nádia Alves de. <i>Para ler em inglês – desenvolvimento da habilidade de leitura</i> . Belo Horizonte: O Lutador. 8ª. edição. RIVERS, Wilga M. <i>A Metodologia do Ensino de Línguas Estrangeiras</i> . São Paulo: Pioneira, 1998. BARNARD, R.A. <i>A short history of English Literature</i> . Oxford: Blackwell, 1984. BURGESS, Anthony. <i>A literatura inglesa</i> . São Paulo: Editora Ática, 1995. CAMPOS, Paulo Mendes. <i>Contos de Shakespeare</i> . Ediouro 15ª. Edição. BAYM, Nina et al. (ed). <i>Norton Anthology of American Literature</i> , vol I, II. New York: W. W. Norton and Comp., 1989. HAWTHORNE, Nathaniel, <i>The Scarlet Letter</i> . Washington Square Press. New York, 1965. MARQUES, Oswaldino. <i>Poesia dos Estados Unidos: Coletânea de Poemas Norte-Americanos</i> . Ediouro. Rio de Janeiro, 1956 (MCMLXVI).
DIDÁTICA APLICADA AO ENSINO DA LÍNGUA INGLESA Estratégias de Leitura no ensino do Inglês Instrumental. Reflexões sobre a análise e correção de erros no processo ensino-aprendizagem de Língua Inglesa.	CHARTIER, Roger (org). <i>Práticas da leitura</i> . 2ª. Ed., São Paulo: Estação Liberdade, 2001. ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes. <i>Dimensões comunicativas no ensino de línguas</i> . Campinas: Pontes, 1993. OLIVEIRA, Nádia Alves de. <i>Para ler em inglês – desenvolvimento da habilidade de leitura</i> . Belo Horizonte: O Lutador. 8ª. edição.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – NÍVEL IV – GRAU A – 20 HORAS SEMANAIS
CONHECIMENTOS GERAIS – COMUM A TODAS AS ÁREAS

REFERÊNCIAS DE ESTUDO	BIBLIOGRAFIA SUGERIDA
LÍNGUA PORTUGUESA Leitura e produção de textos: Produção da leitura. Variação lingüística. Relações entre oralidade e escrita. Gêneros textuais (modalidade de textos e aspectos funcionais). Fundamentos de textualidade (noção de texto, intertextualidade, coerência e coesão textuais). Tipologia textual (descrição, narração e estratégias de argumentação).	ANDRADE, Maria Margarida de ; HENRIQUES, Antonio. Língua Portuguesa Noções Básicas para Cursos Superiores. 7 ed., São Paulo: Atlas, 2004.COSTA VAL, Maria da Graça. Redação e Textualidade. 2 ed., São Paulo: Martins Fontes, 1999.KAUFMAN, Ana Maria; RODRIGUEZ, Maria Elena. Leitura, escola Produção de textos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.KLEIMAN, Ângela. Texto e Leitor, aspectos cognitivos da leitura. Campinas, SP: Pontes,1998.SAVIOLI, Francisco Platão; FIORIN, José Luiz. Para Entender o texto leitura e redação. 5 ed. São Paulo, SP: Ática, 1997.SAVIOLI, Francisco Platão; FIORIN, José Luiz . Lições de texto: leitura e redação. 4 ed. São Paulo, SP: Ática, 1999.
DIDÁTICA GERAL Teorias pedagógicas, princípios metodológicos e recursos de ensino-aprendizagem. Projeto Político e estratégias de intervenção em instituições educativas.	CASTRO, Amélia Domingues de. Et al - Ensinar a ensinar: Didática para a Escola Fundamental e Média, São Paulo Pioneira/Tompson Learning/2001. LIBÁNEO, José Carlos. Didática. São Paulo. Cortez/1992 (Coleção magistério - 2 Grau. Série formação do professor). VASCONCELOS, Celso S. Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político - <i>Pedagógico elementos metodológicos para elaboração e realização</i> - 5. Ed. São Paulo. Libertad 1999 (cadernos Pedagógicos do Libertad; v. 1) GANDIM, Danilo et al. Temas para um projeto pedagógico. Petrópolis, Ed. Vozes, 2002.
CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394/96 - Parâmetros curriculares Nacionais Ensino Fundamental e Médio -Ética na Educação Pública.	LDB nº 9.394/96 PCN- Ensino Fundamental e Médio Decreto nº43.673/2003

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – NÍVEL IV – GRAU A – 20 HORAS SEMANAIS	
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - SOCIOLOGIA	
REFERÊNCIAS DE ESTUDO	BIBLIOGRAFIA SUGERIDA
SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO Sociologia e Sociologia da Educação: teorias sociais clássicas e teorias críticas. Abordagens sociológicas da organização social e dos processos sociais básicos. Reprodução social e cultural: escola e relações sociais. Abordagens sociológicas das relações: estado, trabalho e educação. Mudanças estruturais do capitalismo e aparelhos do estado. Sociologia da Educação e reformas educacionais no Brasil e América Latina.	ALTHUSSER, Louis. Sobre a Reprodução. Editora Vozes. Petrópolis, 1995. CASTRO, Ana Maria de & DIAS, Edmundo Fernandes(org.) Introdução ao pensamento sociológico. Editora Moraes: São Paulo, 1992. Catani Afrânio(org) Pierre Bourdieu. Escritos de Educação. Editora Vozes, Petrópolis, 1998. PASSERON, Jean Claude e BOURDIEU, Pierre. A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema do ensino. Livraria Francisco Alves Editora S/A, 1975. NOGUEIRA, Maria Alice(org.) Família e escola: Trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. Editora Vozes, Petrópolis, 2000. OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.) Política e trabalho na escola: administração dos sistemas de educação básica. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. POPKEWITZ, Thomas S. Reforma Educacional: uma política sociológica. Artes Médicas. Porto Alegre. 1997.
ANTROPOLOGIA DA EDUCAÇÃO Cultura: conceito, características; contato interétnico e aculturação. Diversidade cultural. Cultura e educação: a escola como instituição sócio-cultural. A escola e a diversidade cultural; Preconceito e discriminação nas práticas escolares: as relações étnico-raciais, as relações de gênero, a desigualdade econômico-social.	LARAIA, Roque de Barros. Cultura – um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2000. MELLO, Luiz Gonzaga de. Antropologia Cultural. Iniciação, Teoria e Temas. Petrópolis: Vozes, 2000. DAYRELL, Juarez (org.). Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte, MG: UFMG, 1996. GEERTZ, Cliford. Nova luz sobre a antropologia. Rio de Janeiro: Zahar Editora. GONÇALVES, Luiz Alberto & SILVA, Petronilha B. Gonçalves. O Jogo das Diferenças – O Multiculturalismo e seus Contextos. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. MC LAREN, Peter. Rituais na escola. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.
PLURALIDADE CULTURAL Multiculturalismo: diferenças de classe, idade, etnia e gênero. A escola inclusiva, currículo e projeto pedagógico.	Diretrizes Curriculares da Escola Sagarana. PROCAD. SEEMG, 2001 SILVA, Tomaz Tadeu da. Teoria cultural e educação: um vocabulário crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias de currículo. Belo Horizonte: Autêntica. 1999.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – NÍVEL IV – GRAU A – 20 HORAS SEMANAIS	
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - EDUCAÇÃO FÍSICA	
REFERÊNCIAS DE ESTUDO	BIBLIOGRAFIA SUGERIDA
<p>ANATOMIA E FISIOLOGIA BÁSICA E APLICADA Estudo anatômico da caracterização e descrição da organização dos sistemas humanos: Nervoso, circulatório, respiratório, esquelético e muscular. Identificar e compreender a anatomia sistêmica e sua relação com as atividades físicas e prática da atividade física escolar. Estudo da bioenergética, do funcionamento dos sistemas musculares, respiratório e cardiovascular. Introdução á fisiologia do exercício. Análise das adaptações crônicas e agudas decorrentes do exercício e as adaptações termorregulatórias em crianças, jovens e adultos durante o esforço físico. Exercício e populações especiais. Exercício físico e saúde. Avaliação e interpretação das respostas fisiológica ao esforço físico em crianças, jovens e adultos.</p>	<p>DANGELO, J.G; FATTINI, C. Anatomia Básica dos Sistemas Orgânicos: com descrição dos ossos, juntas, músculos, vasos e nervos. São Paulo: Atheneu, 2002. GARDNER, E. Anatomia: estudo regional do corpo humano. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara koogan, 1998. KOPF-MAIER, P. Wolf-Heidegger atlas de anatomia humana:..5. ed.. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan,2000. 2 v. MCARDLE, W.; KATCH, F.I.; KATCH, V.L. Fisiologia do Exercício - Energia, Nutrição e Desempenho Humano. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. WILMORE. J.H.; COSTILL, D.L. Fisiologia do Esporte e do Exercício. São Paulo: Manole, 2003. POWERS, S.K.; HOWLEY, E.T. Fisiologia do Exercício: Teoria e Aplicação ao Condicionamento e ao Desempenho. São Paulo: Manole, 2000.</p>
<p>CINESIOLOGIA E PRIMEIROS SOCORROS Estudo do movimento humano, sob o aspecto mecânico funcional do Sistema músculo-esquelético. Observação crítica dos movimentos, postura marcha de acordo com desenvolvimento motor. Contextualização do conteúdo na formação do professor e nas práticas da Educação Física e no espaço escolar. Conhecimentos básicos de procedimentos teóricos e práticos de Urgências e Emergências aplicadas durante a prática da Educação Física escolar. Estudo das ocorrências comuns à prática das atividades físicas. Processos de prevenção e segurança durante a atividade física escolar.</p>	<p>ENOKA R. M. Bases Neuromecânicas da Cinesiologia. 2ª edição. São Paulo: Manole, 2000. HOFFMAN S. J. Cinesiologia – o estudo da atividade física. 1ª edição. São Paulo: Artmed, 2001. SCHMIDT R. A. Aprendizagem e Performance Motora. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2001. MANTOVANI, M. Primeiros Socorros. Suporte de Vida. 2ª Ed. Campinas, 1993. Manual de Primeiros Socorros. 1ª ed. Goiânia; 1999. MANTOVANI M. Suporte Básico e Avançado de Vida no Trauma. 2ª Ed. São Paulo: Atheneu, 2005.</p>
<p>ESPORTES COLETIVOS E INDIVIDUAIS Esportes de aventura como práticas culturais. Esportes de aventura e meio ambiente. O ensino de esportes de aventura na educação física escolar. História do Atletismo: Das origens à institucionalização como prática corporal esportiva. As modalidades ou provas atléticas convencionais: Instalações (espaços, equipamentos e implementos); Regras fundamentais e Técnicas (formas de execução / “participação” historicamente desenvolvidas).</p>	<p>RICCI, R. U. Juventude, lazer e esportes radicais. São Paulo: Manole, 2001. COSTA, V.L.M. Esportes de Aventura e Risco na Montanha: Um Mergulho no Imaginário. São Paulo: Manole, 2000. BRUHNS, H. O corpo parceiro e o corpo adversário. Campinas: Papirus, 1993. MATTHIESEN, S. Q.. Atletismo: Teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007; MATTHIESEN, S. Q. (Org). Atletismo se aprende na escola. Jundiaí / SP: Ed. Fontoura, 2005; COICEIRO, G. A.. 1000 exercícios e jogos para o atletismo. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.</p>

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – NÍVEL IV – GRAU A – 20 HORAS SEMANAIS	
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - MATEMÁTICA	
REFERÊNCIAS DE ESTUDO	BIBLIOGRAFIA SUGERIDA
<p>ALGEBRA Conjuntos; Conjuntos numéricos: Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais e Complexos - Forma Algébrica); Expressões Algébricas; Polinômios; Equações Polinomiais;</p>	<p>GUELLI, O. Contando a História da Matemática. São Paulo: Atual. IEZZI, G. Fundamentos de Matemática Elementar, vol. 6. São Paulo: Atual, 1985. CARMO, M.P. Trigonometria e Números Complexos. Rio de Janeiro: SBM, 1992. IEZZI, G. Coleção Fundamentos de Matemática Elementar. Vol. 5. São Paulo: Atual, 1996. BOLDRINI, José Luiz. COSTA, outros, Álgebra Linear. Harbra, 1986 ÁVILA, G. Análise Matemática para Licenciatura. São Paulo: Edgard Blücher, 2001. LIMA, E. A Matemática no Ensino Médio. Coleção do Professor de Matemática, vol. 1. Rio de Janeiro: SBM, 1997.</p>

<p>TRIGONOMETRIA E ANÁLISE COMBINATÓRIA Seqüências: Progressões Aritmética e Geométrica; Números Complexos: Forma Trigonométrica; Relações Trigonométricas no Triângulo Retângulo; Lei do Seno e Cosseno; Circunferência Trigonométrica; Funções Circulares; Equações e Inequações Trigonométricas; Relações Trigonométricas; Transformações Trigonométricas; Análise Combinatória; Binômio de Newton; Probabilidade. Matrizes; Sistemas Lineares; Espaço Vetorial. Relações Binárias. Propriedades. Relação de equivalência e ordem. Construção de Conjuntos numéricos. Estruturas Algébricas: anel e corpo. Construção do corpo ordenado completo dos números reais. Interpretação geométrica de R. Topologia em R. Funções reais. Limite e continuidade. Derivação. Teoremas fundamentais. Integração de funções reais e propriedades</p>	<p>IEZZI, G. Fundamentos de Matemática Elementar, vol. 6. São Paulo: Atual, 1985. LIMA, E. A Matemática no Ensino Médio. Coleção do Professor de Matemática, vol. 1. Rio de Janeiro: SBM, 1997. GUELLI, O. Contando a História da Matemática. São Paulo: Atual. Revista do Professor de Matemática. _____A Matemática no Ensino Médio. Coleção do Professor de Matemática, vol. 3. Rio de Janeiro: SBM, 1997.</p>
<p>INFORMÁTICA E METODOLOGIA APLICADA A MATEMÁTICA Introdução das novas tecnologias e do uso dessas ferramentas para o planejamento e a criação de atividades educacionais. O uso instrumental da informática interagindo com a prática docente. Desenvolvimento de ambientes interativos de aprendizagem com sites, webquest e materiais didáticos.</p>	<p>FEITOSA, Sammya Tajra. <i>Informática na Educação</i>: Professor na atualidade. São Paulo: Érica, 1998 LÉVI, Pierre. <i>As tecnologias da inteligência</i>: O futuro do pensamento na era da informática. São Paulo: Editora 34, 1993. LITWIN, Edith. <i>Tecnologia Educacional</i>: Política, histórias e propostas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.</p>

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – NÍVEL IV – GRAU A – 20 HORAS SEMANAIS	
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (BIOLOGIA)	
REFERÊNCIAS DE ESTUDO	BIBLIOGRAFIA SUGERIDA
<p>ANATOMIA E FISILOGIA BÁSICA Métodos de estudo em Anatomia. Planos de construção do corpo humano. Leis gerais de crescimento e fatores gerais de variação, identificação anomalias e monstrosidades. Estudo dos Sistemas Tegumentar, Ósseo, Articular, Muscular, Circulatório, Respiratório, Digestório, Renal, Reprodutor Masculino e Feminino, Nervoso e órgãos do sentido (sistemas orgânicos e organizações morfofuncionais dos principais segmentos corpóreos). Análise comparativa das estruturas morfológicas de seres humanos e outros seres vivos. Principais sistemas orgânicos e funções gerais. Estudo da origem, organização estrutural e funcional da célula. Visão integrada da célula, onde suas estruturas se inter-relacionam. Comando celular e caracterização de tipos celulares importantes.</p>	<p>DÂNGELO, José Geraldo; FATTINI, Carlo Américo. Anatomia básica dos sistemas orgânicos. São Paulo: Atheneu, 2000. 493p. BERNE, R. M.; LEVY, M. N.; KOEPEN, Bruce M. Fisiologia. 4ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.</p>
<p>CITOLOGIA, HISTOLOGIA E EMBRIOLOGIA Estudo da origem, organização estrutural e funcional dos tecidos. Visão integrada da célula e dos tecidos, onde suas estruturas se inter-relacionam. Aspectos estruturais dos tecidos fundamentais para fisiologia. Células e aspectos importantes da morfofisiologia tecidual. Estudo dos fenômenos essenciais do desenvolvimento embrionário em cordados e do desenvolvimento embrionário e fetal humano</p>	<p>JUNQUEIRA, L.C., CARNEIRO, J. <i>Histologia Básica</i>. 10a ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. 524p. ALBERTS, B. Biologia molecular da célula. 4ed, Porto Alegre: Artmed, 2004. GARCIA, S.M.L.; FERNÁNDEZ, C.G. Embriologia. 2ªed. Porto Alegre: Artmed Editora. 2001. 416p. MOORE, K. L. & PERSAUD, T. V. N. 2000. Embriologia básica. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 291p</p>
<p>SAÚDE PÚBLICA Introdução ao estudo da parasitologia: conceitos e finalidades. Estudo da taxonomia, morfologia, biologia e interação parasito-hospedeiro. Artrópodes, protozoários e helmintos de importância médica humana. Patogenia, epidemiologia, e medidas para controle geral dos parasitos.</p>	<p>NEVES, D. P. Parasitologia Humana; 11ª edição SP; Editora Atheneu, 2005. REY, L. Bases da Parasitologia Médica, 3ªed, RJ; Editora Guanabara Koongan 2009</p>

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – NÍVEL IV – GRAU A – 20 HORAS SEMANAIS	
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (EDUCAÇÃO AMBIENTAL)	
REFERÊNCIAS DE ESTUDO	BIBLIOGRAFIA SUGERIDA
<p>ECOLOGIA</p>	<p>ODUM, E.P. Ecologia. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara</p>

Fundamentos da ecologia. A dinâmica da relação entre seres vivos, a energia e sua aplicabilidade e consequência no meio sócio ambiental. Relacionar a qualidade do uso dos recursos naturais e suas consequências às atividades antropicas.	Koogan, 1988. 434p. RICKLEFS, R.E. A economia da natureza – um livro texto em ecologia básica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A. 1996.
ZOOLOGIA Estudo morfo-fisiológico, evolutivo, comparado e sistêmico dos representantes do reino protista (Filos: Sarcomastigophora, Ciliophora e Apicomplexa) e Animália (Porífera, Cnidária, Platyelminthes, Pseudocelomados, Mollusca, Annelida, Arthropoda e Echinodermata). Estudo dos aspectos morfo-fisiológicos, bioecológicos, taxonômicos e evolutivos dos hemicordados, urocordados, cefalocordados, peixes agnatas, condrícties e osteícties, anfíbios e répteis.	BARNES, R.S.K. , CALOW P. OLIVE P. J. W. 1995. Os invertebrados. 2 ed. São Paulo: Atheneu. 526p. ORR, R. T. Biologia dos Vertebrados. São Paulo, Ed. Roca, 1986. 508 p. POUGH, F.H.; HEISER, J. B. & McFARLAND, W. N. A Vida dos Vertebrados. 2 ed. São Paulo, Ed. Atheneu, 1993. 839p. SICK, H. Ornitologia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. 861p.
EDUCAÇÃO AMBIENTAL Estudo teórico-prático enfatizando a morfo-fisiologia, diversidade, ecologia, sistemática e evolução das aves e mamíferos. Reflexão sobre a reação homem x ambiente nos seus diversos aspectos, sociais, econômicos e ambientais.	LEFF, E. Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade e Poder. 3. ed. Rio de Janeiro: VOZES, 2001.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – NÍVEL IV – GRAU A – 20 HORAS SEMANAIS	
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - LETRAS (LITERATURA)	
REFERÊNCIAS DE ESTUDO	BIBLIOGRAFIA SUGERIDA
LEITURA Leitura e produção de textos: Produção da leitura. Variação lingüística. Relações entre oralidade e escrita. Gêneros textuais (modalidade de textos e aspectos funcionais). Fundamentos de textualidade (noção de texto, intertextualidade, coerência e coesão textuais). Tipologia textual (descrição, narração e estratégias de argumentação).	CHARTIER, Roger (Org). <i>Práticas da Leitura</i> . 2ª. ed., São Paulo: Estação Liberdade, 2001. COLOMER, Teresa; CAMPS, Anna. <i>Ensinar a ler, Ensinar e compreender</i> . Porto Alegre: Artes Médicas, 2002. COSTA VAL, Maria da Graça. <i>Redação e Textualidade</i> . 2ª. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1999. FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. <i>Lições de texto: leitura e redação</i> . 3ª. ed., São Paulo: Ática, 1998.
CONSTRUÇÃO TEXTUAL Texto e Textualidade. Aspectos da textualidade. Coesão e coerência textuais. Tipos e gêneros textuais: concepções, características e diferenças. Diferenças entre norma, língua padrão e linguagem não padrão. Trabalho com gêneros acadêmicos: resumo e resenha. Características e produção de textos do gênero dissertativo. Dissertação acadêmica: ensaio, artigo e monografia. A construção da linguagem e do modo argumentativo acadêmico. Produção de textos acadêmicos.	KLEIMAN, Ângela. <i>Oficina de leitura: teoria e prática</i> . 9ª. ed., Campinas: Pontes, 2001.
METODOLOGIA DO CONTEÚDO DE LÍNGUA PORTUGUESA A avaliação como ferramenta no processo de ensino/ aprendizagem. Como avaliar, quando avaliar e porque avaliar. A avaliação da produção escrita e da interpretação de textos. Produção e análise de ferramentas avaliativas para o trabalho com a Morfologia, a Sintaxe e a Literatura no ensino Fundamental e Médio. A interdisciplinaridade da Língua Portuguesa com as demais disciplinas.	BATISTA, Antonio A. G. <i>Aula de Português: discurso e saberes escolares</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2001. TRAVAGLIA, Luiz Carlos. <i>Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática</i> . 12 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – NÍVEL IV – GRAU A – 20 HORAS SEMANAIS	
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - LETRAS (LINGÜÍSTICA)	
REFERÊNCIAS DE ESTUDO	BIBLIOGRAFIA SUGERIDA
SINTAXE, ESTILÍSTICA E SEMÂNTICA A constituição do sintagma. As funções do sintagma e as relações no SN, nos SV e entre o SN e o SV; conceito e processo sintático de estruturação de orações simples nas abordagens tradicional e transformacional discursiva. Visão crítica dos conceitos e pontos da sintaxe portuguesa, na estrutura de orações complexas. Etimologia; configuração e estrutura do léxico; vocabulário português: sinonímia, antonímia, arcaísmos, estrangeirismos e homonímia. Recursos expressivos da língua no âmbito morfológico, sintático, fonético e	CAMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. <i>Princípios de Lingüística Geral: como Introdução aos Estudos Superiores da Língua Portuguesa</i> . 4 ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1973. (1964) DECAT, M. B. N. et al. <i>Aspectos da Gramática do Português: Uma Abordagem Funcionalista</i> . Campinas, Mercado das Letras, 2001. ROCHA, Luiz Carlos de Assis. <i>Estruturas morfológicas do português</i> . 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins

estilístico.	Fontes, 2008.
<p>FUNDAMENTOS DA LINGUÍSTICA Comunicação e Linguagem. Objetos da lingüística, divisões e aplicações. Dicotomias saussurianas. Lingüística do sistema e lingüística do discurso: objetos e interesses. Os fundamentos psicológicos da linguagem. Língua e texto. Enunciação, pragmática e discurso.</p>	<p>BENVENISTE, Émile. <i>Problemas de lingüística geral II</i>. Trad. Eduardo Guimarães... [et al.]; revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães. 2 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006. CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. <i>Princípios de Lingüística Geral: como Introdução aos Estudos Superiores da Língua Portuguesa</i>. 4 ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1973. SAUSSURE, Ferdinand de. <i>Curso de lingüística Geral</i>. Charles Bally e Albert Sechehaye (orgs.). 5 ed. São Paulo: Cultrix, 1973. CÂMARA JR., J. Mattoso. <i>Estrutura da língua portuguesa</i>. Petrópolis: Vozes, 1989. BECHARA, Evanildo. <i>Lições de português pela análise sintática</i>. 18 ed. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2006. DECAT, M. B. N. et al. <i>Aspectos da Gramática do Português: Uma Abordagem Funcionalista</i>. Campinas, Mercado das Letras, 2001. CÂMARA Jr., J. Mattoso. <i>Contribuição à estilística portuguesa</i>, 3ª ed., Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978, p. 79. CRESSOT, Marcel. <i>O estilo e as suas técnicas</i>. Lisboa: Edições 70, 1980. CANÇADO, Márcia. <i>Manual de Semântica</i>. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2005. BASÍLIO, Margarida. <i>Formação e classes de palavras no português do Brasil</i>. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. MONTEIRO, José Lemos. <i>Morfologia portuguesa</i>. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.</p>
<p>LINGUÍSTICA APLICADA A LÍNGUA PORTUGUESA O comportamento da palavra no contexto em que ela se insere, seja na língua falada, seja na língua escrita. Formação de palavras e implicações discursivas.</p>	<p>SAUTCHUK, I. <i>Prática de Morfossintaxe: como e por que aprender análise (morfo)sintática</i>. Barueri. São Paulo: Manole. 2004. MONTEIRO, José Lemos. <i>Morfologia portuguesa</i>. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002. ROCHA, L. C. <i>A Estruturas morfológicas do português</i>. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1999.</p>
<p>MORFOSSINTAXE A estrutura interna da palavra em termos de sua formação e da relação entre seus componentes. Princípios da análise mórfica. Visão crítica da análise mórfica.</p>	<p>SAUTCHUK, I. <i>Prática de Morfossintaxe: como e por que aprender análise (morfo)sintática</i>. Barueri. São Paulo: Manole. 2004.</p>